

# A teoria do dualismo revisitada nos países de industrialização sem modernização

## INTRODUÇÃO

O advento da modernidade tardia que se perfila com o fenómeno da globalização relembra e restabelece alguns dos processos de mudança social que os historiadores descrevem quando abordam a génese dos tempos modernos através da expansão europeia quinhentista. A reactivação desses processos pode ser detectada a partir de uma revisitação da teoria do *dualismo estrutural*, hoje considerada como a teoria sociológica emblemática da concepção ontológica da modernidade que dominou o panorama intelectual das ciências sociais até aos anos 70. Para esse efeito, comecei por isolar a problemática heterogeneidade *versus* homogeneidade sociais na teoria do dualismo, confrontando-a em seguida com o paradigma do «pluralismo territorial» (que denominarei provisoriamente de paradigma «territorialista») esboçado por Max Weber. Na terceira parte procuro mostrar a génese e a importância deste paradigma «territorialista» na trajectória do desenvolvimento das ciências sociais em Portugal, retendo sobretudo os resultados das pesquisas que ele irrigou para sublinhar o carácter multiespacial da sociedade portuguesa. A partir dessa caracterização sócio-geográfica, abordo, na quarta e última parte, a questão da *industrialização sem modernização* suscitada pelo fenómeno da industrialização difusa, o que me permite testar a permanência dessa conformação multiespacial numa sociedade sul-europeia. Para esta última parte servi-me dos resultados de uma pesquisa que efectuei em 1990-1992 no âmbito do Gabinete de Filosofia do Conhecimento.

## 1. A HETEROGENEIDADE QUALITATIVA DO TEMPO E DO ESPAÇO SOCIAIS

Nos trabalhos sobre a formação da civilização material do capitalismo a partir do século XVI F. Braudel estabeleceu algumas das qualidades do «tempo presente» que marcam o advento dos tempos modernos. Essas propriedades condensam-se, no essencial, no carácter compósito da estrutura temporal da contemporaneidade, estru-

---

\* Departamento de Sociologia da Universidade de Paris X—Nanterre; investigador associado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

tura essa que só era parcialmente discernível a partir da categoria do tempo presente, mesmo quando esta categoria passou a recobrir uma mais clara e alargada percepção da transitoriedade entre passado e futuro do existente. Para além dessa mudança de percepções, ficavam ainda por apreender as diferentes escansões do tempo — tempo longo, tempo cíclico e tempo do quotidiano —, que formam a partitura do desenrolamento da vida social nas novas condições criadas pelo advento da sociedade económica capitalista, ela própria desabrochada da expansão territorial da civilização ocidental.

A ênfase dada por F. Braudel às temporalidades múltiplas que a nova civilização material embutia no tempo presente, amplificando-o ao ritmo acelerado das erupções e da propagação de descobertas e de inovações de toda a ordem, é tanto mais justificada quanto essa heterogeneidade qualitativa do tempo «social» se correlaciona com a heterogeneidade sócio-geográfica abrangida. Com efeito, na alvorada do capitalismo moderno, a heterogeneidade qualitativa do espaço sócio-geográfico constituía um traço notável das formações históricas mais envolvidas nessa transformação civilizacional. Referimo-nos aqui, de acordo com a visão braudeliana, às formações históricas pertencentes ou adjacentes à área do grande cadinho civilizacional do Mediterrâneo.

Alargando, por conseguinte, o ângulo de visão proposto pelo eminente historiador francês, diríamos que, logo no início dessa transformação civilizacional, há a considerar a heterogeneidade qualitativa do espaço «social» das formações históricas da Europa mediterrânica, reposta, de resto, a uma escala geográfica muito mais vasta com os Descobrimentos dos séculos XV e XVI. Ontem como hoje, é a essa característica preformadora e propiciadora das temporalidades múltiplas em que se desdobra a estruturação social da modernidade que devemos referir-nos para compreender as evoluções mais recentes da sociedade contemporânea. O meu propósito é mostrar que a conformação da sociedade sul-europeia apresenta ainda hoje alguns dos grandes traços que a caracterizavam na véspera dos Descobrimentos, o que a predispõe, tal como no início dos tempos modernos, a destacar-se no contexto de mudança da modernidade tardia actual. Para esse efeito, referir-me-ei ao caso português através de uma revisitação das interpretações da heterogeneidade social que ela apresenta, com especial destaque para as interpretações propostas por A. Sedas Nunes a partir das teorias do dualismo (Sedas Nunes, 1968).

Estabelecida a dupla vertente espacial e temporal da heterogeneidade qualitativa das configurações sociais da Europa meridional, tida pela escola dos *Annales* como um dos ingredientes primordiais da génese do capitalismo moderno, acede-se a um dado que só pode contribuir para relativizar um dos postulados da sociologia clássica, formulado a partir dos pressupostos do evolucionismo. Segundo esse postulado, a diferenciação social que subjaz à constituição da sociedade moderna corresponde à mais avançada das *necessárias* etapas da passagem do simples ao complexo que rege a evolução, passagem essa que a sociologia começou por abordar através de um conjunto de dicotomias analíticas que opunham comunidade e sociedade, cultura e natureza, tradição e modernidade, singularidade e universalismo, local e global, indivíduo e sociedade, etc.

Retomadas nas teorias da modernização formuladas a partir dos anos 50, essas categorias analíticas foram sobrecarregadas da carga ontológica que lhes conferiam as concepções normativas da escola do «desenvolvimentalismo», inspirada, em larga medida, no paradigma funcionalista da obra seminal de Talcott Parsons. Este paradigma valoriza os aspectos sistémicos da sociedade ao procurar isolar os factores de que depende o equilíbrio da mesma. Para muitos dos seus críticos, o funcionalismo insiste em demasia sobre a estabilidade do mundo, sem ter directamente em conta a historicidade da mudança social, e propõe uma concepção relativamente homogénea das sociedades, sem atender à conflitualidade intrínseca à vida social nem à conflitualidade entre as nações.

Foi no quadro deste paradigma, e entre as diversas tentativas de formulação de uma teoria da mudança social ensaiadas na sequência daquelas críticas, que se constituiu a teoria do *dualismo estrutural*, formulada pela primeira vez de maneira sistemática pelo holandês J. H. Bõeke num estudo sobre a economia dualista da Indonésia, antiga possessão colonial holandesa (Bõeke, 1953). Padronizada nessa formulação, ela fornece o quadro conceptual de referência da sociologia do subdesenvolvimento e da modernização nos anos 50 e 60.

No essencial, a teoria do dualismo refere-se às distorsões e disfuncionamentos da estruturação das sociedades constituídas por dois «conjuntos» opostos, fortemente diferenciados e em grande medida incompatíveis e incomunicáveis: um arcaico e outro moderno. Após inúmeras controvérsias chegou-se a um consenso para considerar que o dualismo remete para duas realidades distintas onde se manifesta a heterogeneidade social: nos países economicamente subdesenvolvidos a heterogeneidade reveste a forma da oposição entre sistema económico capitalista e sistemas de economia pré-capitalistas de tipo muito variável, vincadamente espacializados; nos países de economia industrial, designadamente entre os mais avançados, o dualismo é sobretudo de tipo funcional e recobre uma diferenciação, não de sistemas económicos, mas de formas e de ritmos sociais em que o sistema sócio-económico *nacional* se desdobra no contexto da internacionalização da economia. Enquanto no primeiro desses casos de figura o dualismo corresponde a uma heterogeneidade sócio-geográfica muito acusada, no segundo aparece sob a forma de universos sociais com temporalidades compósitas distintas mas compatíveis e intercomunicáveis, umas mais orientadas pela percepção tradicional do tempo (Bourdieu, 1963) e outras que integram a propriedade de «desfuturização» que giza no âmago da temporalidade do tempo presente (Luhmann, 1976). Nestas sociedades, os efeitos de composição entre as duas temporalidades do presente, ou seja aquela que actualiza o passado e aquela que «desfuturiza» o futuro, aparecem nos processos de estruturação social sob a forma de situações emergentes de «modernidade» e/ou de «tradicionalidade» compósitas.

Na medida em que as sociedades do espaço sul-europeu ainda apresentam alguns sintomas da diferenciação sócio-geográfica contemplada pelo dualismo de «subdesenvolvimento», aquele mesmo que A. Sedas Nunes identificou para Portugal nos seus trabalhos dos anos 60 (cf. *infra*), importa restabelecer a génese do paradigma «territorialista» na análise sociológica do desenvolvimento do capitalismo, retoma-

da, em parte, pela grelha histórica das relações entre «centro» e «periferia» da escola dos *Annales*.

## 2. O PARADIGMA «TERRITORIALISTA» NA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO CAPITALISMO MODERNO

De certo modo, tanto a ênfase colocada por Max Weber no ascendente da vida religiosa na formação da sociedade económica capitalista como a teoria das classes sociais proposta por Karl Marx para dar conta do isomorfismo da estruturação de dominante económica da sociedade seguem por uma via não totalmente conforme com o postulado da sociologia funcionalista, designadamente quando ambos assinalam que os padrões da racionalidade instrumental normativa e classificatória impulsionada pelo capitalismo aparecem como redutores operativos, mais ou menos pacíficos e *civis*, segundo as visões divergentes dos dois autores, da complexidade do social, sendo esta tão manifesta na heterogeneidade social das formações pré-capitalistas como naquela que emerge com a sociedade moderna.

Para situarmos a génese do paradigma «territorialista» na história do pensamento sociológico começaremos por relembrar que M. Weber, ao repegar nos trabalhos de E. Troeltsch para captar as implicações sociais e económicas da presença no mundo prescrita pelas gnoses do puritanismo, partiu de indicadores estabelecidos na base das inscrições territoriais desse fenómeno, o que faz com que a sua tese sobre o papel do puritanismo religioso admita como corolário a existência de uma espacialidade «social» múltipla. Não obstante a ênfase colocada no desdobramento dessa multiplicidade em comunidades e seitas religiosas, o facto é que a sua projecção territorial na Alemanha, tal como foi captada por Weber, remete para a fenomenologia de uma heterogeneidade qualitativa do espaço social, com capacidades sócio-genéticas idênticas àquela que nos é dado observar nas sociedades de espaços múltiplos euro-mediterrânicas.

A abordagem de um fenómeno social através da sua projecção territorial não é fortuita nem uma mera entrada empírica na obra de Max Weber. Por prova temos que é a esse sociólogo que se deve a primeira formulação sociológica do paradigma «territorialista», esboçada nos trabalhos *The Relation of the Rural Community to Other Branches of Social Sciences* (Gerth e Mills, 1963) e *La ville d'Occident* (Weber, 1982). Esse paradigma incide particularmente sobre as condições históricas e naturais que intervêm na constituição e na evolução de diferentes tipos de assentamentos populacionais, ou seja, tipos de unidades sócio-territoriais que Weber identifica através das categorias rural e urbano e das relações sociais que elas subentendem na formação de entidades políticas. Após uma caracterização dos diferentes tipos de assentamentos estabelecida a partir dos indicadores *densidade e comunicação local*, Weber caracteriza as estruturas sociais dos diversos tipos de agrupamentos territorializados, diferenciando-os pelos seus respectivos «meios económicos» (*milieu économique*), ou níveis da economia, que dependem, por sua vez, da densidade da comunicação local (tal como em Durkheim) e da persistência ou não de vinculações rurais por parte das elites urbanas.

Importa sublinhar desde já que esta primeira formulação do paradigma «territorialista» em nada prefigura ou anuncia as concepções funcionalistas da espacialização da economia e da variável espaço geográfico adoptadas sistematicamente nas abordagens da geografia humana e na sociologia urbana e rural que se desenvolveram após a Segunda Guerra Mundial. Se não bastar mencionar o enfoque histórico privilegiado por M. Weber para arredá-la do paradigma que dominou a produção sociológica entre 1945 e 1970, veja-se como essa contribuição pioneira foi retomada e desenvolvida a partir dos anos 20 pela «escola da ecologia humana», dita «de Chicago», cujo paradigma de referência, o interaccionismo, constituiu o principal concorrente do paradigma funcionalista. Ora as tendências recentes da crescente fragmentação sócio-geográfica dos espaços nacionais envolvidos nas dinâmicas da internacionalização da economia e da globalização da sociedade apontam para lógicas de espacialização e de construções sociais do «território» que subentendem novas dinâmicas e protagonismos territoriais e também uma conflitualidade social gerada pela concorrência entre modos de apropriação e de utilização do espaço (urbano, rural, industrial, natural). Essas tendências e essas lógicas têm conduzido ultimamente os paradigmas de análise dos processos sociais territorializados a não descurar a fenomenologia que escapava à concepção e às lógicas normativas e funcionais do ordenamento do território, levando-os a integrar as incertezas que envolvem doravante essas estruturas basilares da sociedade.

Para completar o esboço do paradigma «territorialista» falta sublinhar, ainda a partir de M. Weber, as diferenças entre os processos da estruturação sócio-territorial no desenvolvimento do capitalismo nos «velhos países civilizados» e nos «novos» Estados. Quanto a estes últimos, é sobejamente sabido que eles beneficiaram de estruturas sociais desembaraçadas de determinados tipos de relações sociais (as figuras do camponês e do aristocrata), do peso das tradições e dos constrangimentos do patrimonialismo enquanto agência de estratificações sociais de tipo estatutário. Tal como na visão de Tocqueville ou também na de Marx, para Weber as sociedades em gestação nos «novos» países dispunham de campo livre para uma evolução que não era tolhida pela heterogeneidade social, que conferia às mudanças provocadas na Europa pelo capitalismo o carácter de uma «luta cultural». Aliás, a noção de multiespacialidade social, aferida pela diferenciação sócio-geográfica, só é válida para os contextos históricos em que essa «luta cultural» teve ou reveste ainda uma grande importância para a inteligibilidade da estruturação sócio-económica e/ou sócio-política da sociedade. E é precisamente nessa perspectiva que se situa o primeiro dos textos mencionados, onde M. Weber se refere em pormenor às disparidades de estruturas sociais e de «meios económicos» entre as Alemanhas do Oeste e de Leste, por um lado, e as do Norte e Sul, por outro. Neste contexto não é deslocado recorrer à noção de multiespacialidade, tanto mais que, se atendermos à conformação imperial da Alemanha dessa altura, a releitura desse texto permite estabelecer outros traços salientes do estatuto e da identidade política ambíguas das formações históricas multiespaciais. Alguns desses traços transparecem ainda hoje nas sociedades do Sul da Europa, caracterizadas pela grande abertura para o exterior

das suas fronteiras e pelas manifestas dificuldades com que elas deparam para conceberem e adoptarem os princípios de uma constitucionalidade política que contemple simultaneamente, e concilie minimamente, as instituições da democracia representativa e as autonomias regionais reclamadas em nome das identidades sociais e/ou culturais.

Acresce dizer que as sequências fatais dos acontecimentos europeus e mundiais gerados pela questão «alemã» atestam que o paradigma «territorial» remete em permanência para a problemática da violência que giza no âmago da modernidade, presente na obra de Weber através da temática da sua sociologia da dominação. Ante as reincandescências actuais da conflitualidade social envolvida pelas crispções e exasperações identitárias, ninguém duvida da actualidade premente desse paradigma, tanto mais que o *elo territorial* tende a revestir de novo as características daquela instituição avarenta que restringe a jurisdição e a influência das demais, restringindo ou condicionando, assim, os outros elos sociais. Perante esse fenómeno seria de se perguntar se a evolução da sociedade não estaria a encetar o tempo de uma modernidade tardia em tudo oposta às expectativas incantatórias da pós-modernidade ou outras apostas de re-encantamento do mundo. Restringindo a lista de conflitos dessa natureza que eclodem actualmente no espaço europeu, essas exasperações crescem à medida que a memória colectiva das lições da história se vai esvaindo com a extinção das gerações suas portadoras e transmissoras. As actualidades insuportáveis que nos chegam dos Balcãs e do Cáucaso ou os conflitos de natureza similar, embora menos prementes, presenciáveis nas vizinhas Espanha, Itália, Irlanda, Bélgica e de novo na Alemanha, bastam de sobejo para nos capacitarmos dos bocejos da velha história da violência provocados pelas reactivações em tempos de globalização dos elos territoriais nos processos de interacção social. Não é líquido, em todo o caso, que o destino trágico da Bósnia possa servir de muleta à memória cada vez mais desactivada desses encadeamentos fatais...

Para além da comparação Europa continental-Estados Unidos da América, a formulação weberiana do paradigma «territorial» permite discernir os elementos estruturais que destrinçam os capitalismos euro-meridional e euro-setentrional. Na Europa do Sul, em traços largos, a «luta cultural» envolvida pelo desenvolvimento do capitalismo traduziu-se sobretudo numa competição entre entidades territoriais com características sócio-geográficas e estruturas sociais diferenciadas, luta essa que foi tanto mais renhida quanto mais «o poder ascendente das cidades fez com que a nobreza rural se tornasse cidadina» (Weber, 1982), o que levou à transferência para o meio urbano dos atributos estatutários, das formas de poder e do *etos* do patrimonialismo constituídos no *continuum* rural-urbano que caracteriza(va), desde a antiguidade, a relação cidade/campo nessas sociedades. Em contrapartida, e sob este aspecto, as convulsões e as instituições da Revolução Francesa, de 1789, projectam esse país para o espaço setentrional e para o modelo de capitalismo «renano», mas «o corte das relações estatutárias (das cidades) com a nobreza rural só foi levado até às suas últimas consequências nas *cidades corporatistas* do Norte da Europa» (*ibid.*). Com a emergência desses centros urbanos, a heterogeneidade social de carácter sócio-geográfico reduzia-se progressivamente às disparidades

definidas no *continuum* cidade-campo, o qual se tornaria a linha de maior resistência à tendência para o movimento ascendente da igualização de condições sociais induzido pela ascensão da sociedade económica capitalista, isto é, pela diversificação das actividades e pelo estreitamento das conexões de complementaridade das mesmas.

Esse facto justifica a insistência com a qual Sombart assinala o papel das minorias religiosas ou culturais no desenvolvimento do capitalismo, dado que esse fenómeno permite captar, melhor do que qualquer outro, a expressão da tolerância religiosa e cultural das cidades norte-europeias, desembaraçadas mais cedo da pressão social e do condicionalismo cultural que no Sul da Europa, onde meio social rural exercia sobre as cidades através dos seus notáveis e das suas instituições religiosas. Ao procurar generalizar a tese de Weber sobre o papel das seitas religiosas na formação do capitalismo, Sombart deu uma achega decisiva para a sociologia das elites. Ao retomá-la, V. Pareto assinala a viva concorrência que subjaz a esses processos de diversificação e de legitimação das diferentes componentes desses estratos, traduzida nos fluxos ascendentes e descendentes da mobilidade social nesse universo social, que caracterizam a modernidade.

Assinale-se que nesta caracterização da estruturação da sociedade as duas vertentes sócio-geográficas da Europa ocidental aparecem referidas a heterogeneidades sociais distintas, ambas com idênticas propriedades morfogenéticas, não só compatíveis com a formação da sociedade económica moderna, mas constitutivas, provavelmente em grau idêntico, quer da sua sociogénese, quer da sua capacidade para se reproduzir e se expandir. Ao passo que na vertente setentrional europeia a heterogeneidade qualitativa do espaço «social» se desenvolve sobretudo na matriz corporatista das identidades sociais, na vertente meridional essa heterogeneidade aparece sobretudo na conformação caleidoscópica que lhe é conferida pela proliferação de unidades sócio-geográficas diferenciadas, ora concorrentes e adversárias, ora aliadas e/ou reunidas em entidades políticas proteiformes.

Na verdade, as incessantes mudanças de escalas espaciais e temporais que têm conduzido ultimamente à acentuação do fenómeno da globalização evocam facilmente, embora projectadas a uma escala diferente, as qualidades morfogenéticas da heterogeneidade social própria do cadinho mediterrânico. Com efeito, a heterogeneidade da vertente euro-meridional surge logo no início do capitalismo moderno como um dado sócio-geográfico altamente propício ao seu desenvolvimento, tal como ocorre hoje em dia com a internacionalização da economia sob o fundo de globalização da sociedade. Contudo, embora favorável à partida, essa diversidade intrínseca veio transmutar-se em obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no Sul da Europa quando a forma social do mesmo abordou e começou a descrever o ciclo longo do crescimento em potência do Estado-nação e da concomitante competição, militar e industrial, dessas entidades políticas. Com alguma antecipação, é basilaramente nesse contexto e por essas mesmas causas que Portugal se projecta nos Descobrimentos.

No que concerne à sociedade sul-europeia, tudo ocorre como se a diferenciação social promovida pelo desenvolvimento do capitalismo esbarrasse a dada altura com

um excesso de diversificação de universos culturais, de formas sociais de apropriação do espaço e de meios sociais que confinava numa segmentação social de tipo sócio-geográfico, ou seja, numa conformação territorial que predisponha os agentes económicos e os potentados políticos a lidar racionalmente com a formidável plasticidade de um meio natural e de um espaço físico que ia resistindo, por isso mesmo, ao isomorfismo tendencial das formas sociais do capitalismo em avanço.

Nesta perspectiva, as barreiras que vieram coarctar essa evolução terão, muito provavelmente, a ver com as situações, muito frequentes, de interacção social em que as pessoas, os indivíduos e os grupos constroem nesse contexto as suas identidades sociais. Se considerarmos que nesse contexto de fragmentação do espaço físico os processos de interacção fazem da apropriação de espaços o recurso estratégico das relações de poder, as situações criadas por essa constante competição (ver o carácter competitivo, se não antagónico, das relações entre espaços doméstico, privado e público que caracterizam estas sociedades) comportam riscos enormes de desintegração de unidades sociais constituídas e até de desagregação dos grupos primários, o que leva estes últimos a desenvolver à sua volta zonas e dispositivos de segurança que os isolam uns dos outros. Daí, talvez, a centralidade da instituição da propriedade privada nas sociedades multiespaciais, corolário securitário da ancestral faculdade de mobilidade geográfica que nessas sociedades ainda não há muito tempo frisava o seminomadismo.

Assim, enquanto na Europa setentrional o espaço social tendia progressivamente a ser definido pela divisão racional do trabalho e pela matriz referencial da identidade e da mobilidade profissionais, as quais viriam a tornar-se o *locus* da topologia social do capitalismo em detrimento dos espaços das identidades genealógicas dos grupos estatutários, nas sociedades de espaços múltiplos a persistente heterogeneidade sócio-geográfica facultava, ao contrário, a perdurabilidade dos espaços dessas identidades genealógicas, a qual, um tanto à maneira do sistema de castas, apresenta uma grande capacidade de resistência perante as forças que actuavam no sentido da igualização de condições em que assenta o princípio de cidadania. Isso significa que no primeiro tipo de diferenciação e de estruturação sociais os grupos e segmentos da sociedade só podem constituir-se, relacionar-se, coexistir e entrecruzar-se para formar sociedades mediante a elaboração de uma esfera simbólica altamente sofisticada, com forte capacidade de comunicação intersubjectiva. Em contrapartida, nas sociedades de espaços múltiplos os regimes de comunicação social tendem a ser depauperados pelos dispositivos de segurança individual e colectiva, nos quais o argumento da força é muitas vezes decisivo, exigidos pelos riscos da interacção social, ou seja, pelo medo da perda do «lugar» na sociedade. Quais dados empíricos, seria interessante averiguar os significados das práticas de marcações de territórios, forma de imposição de si aos outros, que ressaltam as formas de lidar com o espaço, fenómeno visível, por exemplo, nos efeitos de fachada, no desleixo a que é votado o espaço público ou ainda, fenómeno mais recente, na taxa de mortalidade devida a acidentes de automóvel.

Esses processos de interacção social levam a que o espaço constitua nessas sociedades um recurso estratégico para formar e distribuir muito desigualmente os

atributos da identidade genealógico-estatutária, definidos na sociabilidade de pertença como relativamente restritos. De forma muito contrastada com essa disposição social, o desenvolvimento do espaço interior da personalidade e do sentimento individual da existência que se cultiva na interação social da urbanidade fez com que na Europa do Norte o processo de formação da civilização material do capitalismo desembocasse num processo civilizacional *tout court*.

De algum modo, o cunho *patrimonialista* do capitalismo sul-europeu assinala a persistência do fenómeno da multiespacialização sócio-geográfica enquanto expressão da diferenciação social intrínseca dessas sociedades. Antes de avançarmos para uma análise do fenómeno sócio-económico da reactivação recente da industrialização difusa, que atesta a permanência do elo territorial como componente primordial da identidade social na vertente meridional da sociedade europeia, importa retomar os elementos que validam o paradigma territorial para a análise dos processos de estruturação social nesse tipo de sociedades, considerando para esse efeito o caso português.

### 3. O CASO DE FIGURA PORTUGUÊS

A conformação multiespacial da formação social portuguesa pode ser estabelecida a partir do triplo ponto de vista geográfico, histórico e cultural. Muito rapidamente, passo a mencionar os aspectos mais salientes dessa heterogeneidade morfológica que concorrem para uma estruturação social culturalmente orientada para a «pequena tradição».

Do ponto de vista da geografia física, a complexidade da conformação biogeográfica, climatológica e geológica dos territórios continental e insular portugueses começou a ser alvo de pesquisas aprofundadas há pouco mais de meio século. Entre as contribuições marcantes nessa área de investigação destacaremos a chegada inicial de Amorim Girão (*Esboço de Uma Carta Regional de Portugal*, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933) e sobretudo o estudo seminal de Orlando Ribeiro (*Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 1945), na esteira do qual aparecem inúmeros trabalhos, entre os quais os de Mariano Feio, Suzanne Daveau e, mais recentemente, os de M. Drain, J. Gaspar, F. Guichard, J. Ferrão, entre outros.

No essencial, são os dois primeiros autores mencionados que estão na origem da constituição do paradigma «territorial» que se impôs rapidamente como uma das grelhas de análise privilegiadas nos estudos sociais portugueses. Em síntese, diríamos que estes trabalhos colocam em evidência a fragmentação do espaço físico e bioclimático do território. Essa fragmentação extrema deve-se à presença dos elementos geomorfológicos e bioclimáticos característicos das descontinuidades biotópicas do *core* mediterrânico aos entrosamentos dessa característica meio-ambiental básica com duas outras de menor influência. Assim, nas vertentes do litoral (e insulares) do território as características mediterrânicas são matizadas por uma gradação de influências atlânticas; no interior, e também com variações devidas ao relevo, é a influência semicontinental das «terras altas» que se entrecruza com a influência mediterrânica dominante nas «terras baixas».

É na obra de O. Ribeiro que se configura pela primeira vez a arrumação sistemática da diversidade meio-ambiental do território numa tripartição geográfica que estabelece as principais componentes da pluriespacialidade. Só a partir de então é que a morfologia complexa do território deixa de ser abordada em termos vagos de «contrastes» ou na forma de sistemas de oposições binárias muito simplificadoras (montanha *versus* vale ou planície, norte/sul, orla marítima/faixa interior, etc.). Para o objecto que nos ocupa reteremos no essencial essa partição da configuração territorial sem deixarmos de mencionar as dificuldades que obstam ainda hoje à delimitação de fronteiras precisas entre as três grandes componentes geoclimáticas identificadas, e isso devido à fragmentação a que nos referíamos.

Antes de apresentarmos os traços da pluriespacialidade decorrentes da projecção histórica e da heterogeneidade cultural da formação histórica portuguesa convém sublinhar que o modo como entendemos abordar os factores geográficos evocados não acarreta uma visão determinista no que concerne à evolução da sociedade. Sem nos determos nas controvérsias geradas pela visão meta-histórica do determinismo climático, retenhamos que os factores geográficos a considerar não se limitam ao vector climatérico, mas abrangem os mais diversos aspectos da geografia física e humana, como o atestam os trabalhos dos investigadores mencionados. Na perspectiva adoptada, os aspectos que nos interessam são aqueles que se prendem com as formas como os agrupamentos humanos se inscrevem e se apoderam nesses/desses espaços e com os arranjos institucionais que acompanham esses longos processos de apropriação, de manejo e de transformação da Natureza. Por conseguinte, a inscrição territorial da estruturação da sociedade permanece irreduzível a um único factor, o que impede desde logo a validação na matéria que nos ocupa de qualquer hipótese explicativa de tipo monocausal e determinista. Há, no entanto, que registar e considerar as permanências dessas inscrições territoriais, e é isso mesmo que nos propomos fazer através da análise das condicionantes sócio-geográficas do surto de crescimento industrial que Portugal conheceu nos últimos anos. Sem dúvida, teriam sido essas mesmas disparidades regionais que, ao tornarem-se objecto privilegiado de pesquisas nas diferentes áreas das ciências sociais, deram origem ao paradigma «territorialista» largamente adoptado pelas mesmas em Portugal.

No caso da sociedade portuguesa, assimilável sob este aspecto às sociedades sul-europeias cujas territorialidades também participam da zona de influência mediterrânica, o carácter da multiespacialidade que temos em vista corresponderia à correlação que pode ser estabelecida, pelo menos historicamente, entre as partições do espaço geofísico e a tendência para a constituição de unidades ou áreas sócio-territoriais com características distintas. Entre as manifestações dessa diferenciação sócio-geográfica reteremos as especializações económicas demarcadas territorialmente (sobretudo quando elas dependem das actividades primárias, como era geralmente o caso até há muito pouco tempo), a profusão de particularismos locais e a própria trajectória histórica da formação social, outro aspecto da lide constante com a diversidade de meios naturais.

Já vimos que a descrição mais sistematizada do delineamento multiespacial do território continental retém três grandes variantes bio-climáticas: o anfiteatro

temperado da orla atlântica centro e norte, o sul e o interior semiáridos de influência mediterrânica e, por último, o norte interior, no prolongamento do planalto ibérico central, submetido à dupla influência mediterrânica e semi-continental. Dotada de uma capacidade heurística rapidamente reconhecida, essa tríade foi adoptada como entrada privilegiada para as averiguações sobre a caracterização sócio-morfológica da formação histórica, doravante mais atentas às manifestações das heterogeneidades e das descontinuidades inter-regionais.

Logo no início dos anos 50 a problemática da multiespacialidade da conformação da sociedade passa a mobilizar, para além de outras disciplinas da geografia, especialistas oriundos das mais diversas áreas de pesquisa. Perante os resultados obtidos, confirmavam-se as intuições de Oliveira Martins sobre os condicionamentos da diversidade de formas *geognósticas* (*sic*) na formação histórica do mosaico ibérico (O. Martins, *História da Civilização Ibérica*, 1879, pp.12 e segs.), levando a que a sociedade portuguesa passasse a ser considerada, explícita ou implicitamente, como um caso especial.

Assim, entre os diversos domínios das ciências sociais fecundados pela tese seminal de O. Ribeiro há que mencionar, na área da antropologia, o levantamento das origens dos arados portugueses efectuado por J. Dias (1949); em linguística sobressaem os estudos de Lúcia Magno (1961) e de Lindley Cintra (1964 e 1983) sobre as áreas lexicais no território português, delineadas nos trabalhos de dialectologia de Herculano de Carvalho e Paiva Boléu. No conjunto, estes trabalhos reuniram indícios de comprovação da tradução da heterogeneidade geo-territorial em descontinuidades sócio-culturais, indícios esses que seriam corroborados pelos estudos de demografia histórica sobre a diferenciação sócio-geográfica das estruturas familiares em Portugal (R. Rowland, 1982).

Na área da historiografia, as pesquisas de V. Rau e V. M. Godinho vieram reforçar o paradigma «territorialista», como o atestam os trabalhos desses autores sobre a configuração «triangular» da dinâmica comercial da expansão atlântica; embora em moldes diferentes, o esquema da «triangulação» reaparece quando se atende às relações económico-espaciais que estruturavam os primórdios da economia nacional propiciadores da autonomia do Estado português antes da expansão atlântica (Mattoso, 1985). A ser comprovado, o carácter recorrente desse sistema de trocas e de movimentos de populações atestaria que a estrutura pluriespacial da matriz da economia nacional predispunha esta última para a produção de novos espaços, primeiro, pela via da colonização interna e externa e, mais tarde, pela via da disseminação de comunidades de emigrantes (J. Serrão, 1976; M. H. Pereira, 1981).

Nas áreas da história social e da sociologia venceu-se o cunho fortemente territorializado de estruturas económicas e sociais discordes, propiciador de regimes políticos de tipo oligárquico (Medeiros, 1978; Mónica, 1986). A origem dessa linha de pesquisas situa-se nos anos 60, quando o paradigma «territorialista» se tornou o quadro de referência dominante nos domínios da economia e da sociologia do subdesenvolvimento. Nesses anos os trabalhos de A. Sedas Nunes sobre a evolução da «sociedade dualista» portuguesa (Sedas Nunes, 1968) formam as primeiras

contribuições da sociologia para o reforço do paradigma «territorialista», o que valeu à disciplina o início da sua institucionalização académica. Ainda para a área da socioeconomia há a mencionar trabalhos recentes sobre as modalidades de espacialização da economia, designadamente aquelas que apontam para a «importância crescente do nível local do desenvolvimento e dos dinamismos sociais e económicos das novas territorialidades» (Roque Amaro, 1991) detectados a partir de meados dos anos 80 em estudos sobre a segmentação em «sistemas produtivos locais» dos «espaços da indústria» (Reis, 1989). Embora interpretado aqui numa perspectiva simétrica à da teoria do dualismo, as acepções localistas do elo territorial integram e revalidam o paradigma de referência. Com efeito, esse tipo de segmentação sócio-económica assinala uma revivescência do municipalismo económico ou do «distritalismo» industrial, fenómenos que foram o prenúncio, nos países do Sul da Europa, do ressurgimento das questões do regionalismo, do «cantonalismo» e do federalismo.

Nesta mesma linha de investigação, o estudo comparativo que efectuei sobre o fenómeno da industrialização difusa na Itália e em Portugal (Gabinete de Filosofia do Conhecimento, 1990-1992) permitiu estabelecer os padrões do desenvolvimento industrial desconcentrado, nos quais a unidade económica tradicional «família-empresa» preenche funções estratégicas. Na última parte deste trabalho voltarei ao tema da «industrialização sem modernização» para caracterizar a forma que o dualismo reveste actualmente na sociedade portuguesa. De imediato importa mencionar que esse padrão de difusão industrial em meios rurais ou semi-rurais começou a expandir-se no princípio dos anos 70 em determinadas regiões sul-europeias (Itália, França, Portugal e Espanha), todas elas com características sócio-geográficas, agrárias e industriais que as tornam, segundo esses critérios, mais próximas das suas congéneres de além-fronteiras do que das regiões contíguas do mesmo país.

No termo dessa pesquisa verificámos que a propensão para a reprodução das segmentações sócio-territoriais e das descontinuidades sociais que lhes correspondem constitui uma das manifestações actuais mais evidentes da persistência da influência das fragmentações do espaço geográfico na estruturação da sociedade nesses países. Em primeira análise, o dinamismo do processo de difusão industrial nos espaços da sociedade tradicional camponesa vinha contradizer as teses do dualismo estrutural que prevaleceram até então (a exemplo da questão do *mezzogiorno*). Contudo, veremos mais adiante que a oposição entre os espaços da concentração industrial (grandes empresas) e os espaços da industrialização difusa ou desconcentrada (pequenas e médias empresas) assenta mais na natureza das unidades produtivas do que nos tipos de actividades económicas que neles prevalecem.

Por fim, o paradigma «territorialista» fornece uma grelha de análise que elucida o fenómeno da modernização parcial das sociedades de espaços múltiplos da Europa do Sul, abrindo por essa via uma perspectiva interessante para explicar os resultados desiguais das tentativas de desenvolvimentos tardios de capitalismo nacional experimentadas por ditaduras símiles em Itália, Espanha e Portugal.

A expressão histórica do fenómeno da multiespacialidade da sociedade portuguesa foi já evocado mais acima, quando nos referimos à dinâmica da expansão atlânti-

ca e à perdurabilidade excepcional do sistema colonial. No que concerne à multiespacialidade cultural, o fenómeno que melhor a atesta é a diáspora da emigração, repartida predominantemente por países não lusófonos. Na sequência das mudanças e das rupturas de estruturas sócio-territoriais e sócio-demográficas que ocorreram com a descolonização e com a acentuação da urbanização do litoral (despovoamento do interior), o *espaço da emigração*, estilhaçado entre um grande número de pequenas comunidades espalhadas pelo mundo e marcado pelo carácter tradicionalista dos vínculos culturais das mesmas à sociedade e às localidades de origem, pode ser considerado como o espaço de substituição daquele que o interior encravado ocupava na conformação sócio-territorial triádica da sociedade tradicional.

Estes diferentes fenómenos atestam que as diversas componentes sócio-territoriais da formação social continuam a apresentar disparidades sociais, económicas e culturais que não são imediatamente inteligíveis no quadro das teorias sócio-económicas clássicas do desenvolvimento e da modernização. Mais geralmente, quando aferidas pelas transformações que têm vindo a processar-se à escala da economia internacional, as formas como as disparidades económicas regionais evoluem na sociedade sul-europeia, assim como os seus efeitos sociais e políticos, deixam transparecer com bastante nitidez a lógica a que obedecem as tendências para a globalização da economia e da sociedade actuais. No espaço deste estudo não é possível aprofundar esta questão, mas seja-me permitido assinalar aos leitores interessados que poderão reportar-se a um artigo do último número da revista *Análise Social* onde proponho uma incursão na problemática das relações entre economia e sociedade no contexto da globalização.

Consideradas sob o prisma da exemplaridade que este tipo de sociedades aparenta revestir para a inteligibilidade das transformações do mundo contemporâneo, seria do maior interesse seguir atentamente as mudanças que ocorrem nas mesmas para discernir as tendências emergentes, tendências essas que relevariam, como procurei mostrar no artigo referido, dos efeitos desestruturantes dos acréscimos das heterogeneidades qualitativas dos espaços e dos tempos «sociais» induzidos pela internacionalização da economia, pela difusão e diversificação das técnicas e pela globalização dos problemas sociais e políticos actuais.

Essa observação em tempo real das mudanças sociais seria efectuada através de um dispositivo apropriado para captar e entrecruzar os efeitos locais e das grandes tendências macrossociais e os protagonismos das «sociedades» locais que concorrem, no vector ascendente, que vai do nível micro ao nível macro, para a estruturação da sociedade. Em França o *Observatoire du changement social*, criado por iniciativa de Henri Mendras em 1974, constitui uma das iniciativas mais fecundas impulsio-nadas nos últimos anos pela comunidade dos cientistas sociais (CNRS, «Programme d'observation du changement social», ed. 1986, *L'Esprit des lieux. Localités et changement social en France*). Em Portugal um dispositivo desse tipo justifica-se pelo acréscimo de incertezas nas situações em que se movem os actores sociais, pela fiabilidade decrescente dos estudos de prospectiva e pela necessidade de desenvolver os estudos comparativos em Portugal.

## 4. OS LIMITES DO CRESCIMENTO INDUSTRIAL SEM MODERNIZAÇÃO

### 4.1. UM RELANCE DA PROBLEMÁTICA

Como anunciado, passo a abordar a questão do dualismo na sociedade portuguesa através da análise das modalidades e dos efeitos da industrialização tardia do país. O objectivo que tínhamos em vista aquando da realização desta pesquisa (Lisboa, 1990-1992) foi o de explorar a hipótese da diversidade das vias de industrialização na Europa, colocada pela reactivação da industrialização difusa na *Terza Italia* (Bagnasco, 1975; Fua, 1985; Becattini, 1987) e pelo ressurgimento ulterior desse fenómeno nas regiões portuguesas do Centro e Norte Litoral (Ferrão, 1985; Reis, 1989). Essa problematização justifica-se pelo facto de este tipo de industrialização desconcentrada ter sido apresentado por especialistas da economia industrial como um dos modelos alternativos aos sistemas produtivos da produção em grandes séries, organizados na base do «taylorismo» e regulados socialmente pelo sistema «fordista» (Piore e Sabel, 1984). No entender de outros investigadores, a industrialização difusa constitui tão-só uma fase atardada, transitória ou não, de um processo único de industrialização (Atkinson, 1988; Boyer, 1986; Coriat, 1990), desdobrado em espaços de indústria «centrais», «semiperiféricos» e «periféricos».

No caso português, a industrialização difusa aparenta relevar, antes de mais, da problemática da recuperação de atrasos de desenvolvimento muito acusados. Para averiguar a eventual cristalização dessas modalidades numa forma social dotada de propriedades intrínsecas importa retomar a génese e a evolução do fenómeno que nos ocupa.

Entre as mudanças que ocorreram no decurso dos dois últimos decénios em Portugal registou-se, a par da descolonização e da democratização política, um fenómeno raro de repentina substituição de um modelo de desenvolvimento económico e industrial por um outro, com características técnico-económicas e com implicações sociais, inscrições territoriais e lógicas institucionais diferentes daquelas que prevaleceram até 1974. No essencial, essa mudança brusca traduziu-se na comutação de lideranças no processo de industrialização entre os dois principais espaços económicos e regionais, ou seja, entre a Região Sul, que denominarei LISE (Lisboa-Setúbal-Sines), e a Região Norte-Centro ou NORCEL (Norte e Centro Litoral). Aferidas pelo paradigma «territorialista», essas duas grandes regiões correspondem, respectivamente, aos espaços sociais «moderno» e «tradicional» em que se configurava nos anos 50, 60 e princípio dos anos 70 o dualismo económico-territorial e social da sociedade portuguesa. Mais adiante, ao retrazar as linhas de ruptura entre os dois ciclos da industrialização tardia portuguesa, mencionarei as circunstâncias excepcionais em que ocorreu a transferência de sul para norte da dinâmica da industrialização. Mas antes disso vem a lume assinalar o carácter extremamente lacunar dos estudos na área da sociologia industrial em Portugal, facto que é tanto mais incompreensível quanto a economia do país pode ser considerada como uma das mais «industrializadas» da Europa se atendermos aos critérios do *pro rata* do sector no PIB e da estrutura global do emprego.

O interesse em desenvolver em Portugal estudos na área da sociologia da industrialização, onde sejam contempladas as perspectivas histórica e comparativa, é patente. Basta ver que nos países de industrialização mais antiga e/ou mais avançada essa área da sociologia constitui um dos ramos mais dinâmicos da disciplina. Quer se trate do estudo da evolução das formas de produção, dos sistemas de relações industriais e profissionais, quer da análise das relações sociais de empresa e das formas de organização do trabalho industrial, a sociologia tenta não perder de vista as interferências recíprocas entre os conjuntos pertinentes de empresas industriais e os enquadramentos políticos, institucionais e sociais dos mesmos, elementos determinantes para a inteligibilidade dos comportamentos, das escolhas e das estratégias dos agentes económicos envolvidos nessa esfera de actividade. Os progressos da democracia industrial, as incidências das condições de trabalho e de remuneração sobre os níveis de produtividade, as evoluções da mobilidade interna e externa dos assalariados das empresas industriais, as condições de acesso à função empresarial e as modalidades sociais de protagonização da mesma, bem assim como as condições de recepção e de utilização da técnica, são outros tantos temas abordados nesse domínio, o que permite à disciplina contribuir, à altura das suas competências, para uma problematização mais exigente dos objectivos dos agentes económicos e para a parametragem dos factores não económicos que intervêm nas actividades industriais (formação profissional, qualidade, negociação de convenções colectivas e/ou de empresa, etc.).

Para mais, esse conhecimento concreto da variabilidade de meios e de constrangimentos em que se movem actualmente as unidades económicas constitui um elemento indispensável dos processos de decisão, quer ao nível das empresas, quer em matéria de políticas públicas vocacionadas para o acompanhamento e/ou incitação de iniciativas, reformas, reestruturações, etc.

Nos países que acusam um atraso sensível em matéria de desenvolvimento industrial, onde este sector de actividade representa ainda um potencial importante para o acréscimo das «oportunidades» na sociedade, os estudos comparativos revelam-se da maior importância para avaliar objectivamente as vantagens ou inconvenientes de uma dada fileira tecnológica, o alcance real, a curto, médio e longo prazos, das vantagens comparativas ou ainda para prevenir os riscos enormes que representam hoje em dia as vias sem saída a que pode conduzir bom número de comportamentos miméticos, geralmente imponderados e sem qualquer virtualidade antecipatória das mudanças incessantes a que se encontram submetidas as economias modernas.

Esta digressão um tanto abrupta sobre o subdesenvolvimento da sociologia e da economia industriais em Portugal serve apenas para significar, sem meias voltas, os atrasos, quando não os arcaísmos, das estruturas produtivas neste sector fundamental da economia nacional, para os quais, note-se, as nossas disciplinas também contribuem ao negligenciarem investir-se nessas problemáticas e nessas esferas da sociedade.

Mas, fechado este parêntesis, voltemos ao tema da «industrialização sem modernização».

Para analisar a mencionada comutação sócio-geográfica de modelos e de regimes de acumulação industrial ocorrida em meados dos anos 70 importa caracterizar e destringir os ciclos da industrialização tardia que eles recobrem. Passemos, pois, a essa caracterização.

#### 4.2. OS DOIS CICLOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA EM PORTUGAL

As discontinuidades que marcam os dois ciclos de crescimento industrial em que se cinde o processo da industrialização tardia dos três últimos decénios em Portugal assinalam a passagem de um regime de acumulação industrial condicionado fundamentalmente pela economia de renda colonial que prevaleceu até princípios dos anos 70 a um regime de acumulação extensiva caracterizado por um processo que pode ser denominado, veremos porquê ulteriormente, de industrialização por «especialização de produto e substituição de exportações». Neste caso temos fundamentalmente uma lógica de *industrialização por substituição de emigração* e uma prevalência da especialização de produto sobre a especialização de processos de fabrico.

A relativa rapidez com que se efectuou essa conversão podia deixar supor o aparecimento dos primeiros efeitos de uma dinâmica de industrialização minimamente auto-sustentada. Haverá elementos para fundamentar tal asserção? Sem dúvida, a significativa expansão do sector industrial na economia nacional verificada a partir dos anos 50 foi marcada por uma sensível diversificação da produção, suscitada pelo acréscimo da procura interna de bens de equipamento metalo e electro-mecânico, de bens intermediários em materiais ferrosos e não ferrosos e de meios de transporte terrestres e marítimos de grande gabarito, o que inaugurava um processo de industrialização de carácter nitidamente autocentrado, assente na estratégia clássica da substituição de importações e de especialização de exportações. Embora esse ciclo duodecenal de crescimento estivesse ainda longe de atingir as suas virtualidades, o facto é que as condições para o desencadeamento do processo de industrialização auto-sustentada se encontravam razoavelmente preenchidas nas vésperas das crises sociais e políticas de 1974-1976. Do ponto de vista económico, essas rupturas apontavam para uma crise de crescimento, e não de recessão, porquanto elas se traduziram numa significativa subida da massa salarial auferida pelo conjunto dos assalariados. Com efeito, em tais circunstâncias, a teoria económica estabelece que esse género de alterações da repartição do rendimento nacional corresponde geralmente a uma extensão do mercado interno para os chamados «bens salário» e o subsequente aparecimento de novos constrangimentos económicos, entre os quais as pressões inflacionárias, cuja superação ficava pendente da forma como iriam reagir o aparelho produtivo e o investimento, ambos confrontados com o estrangulamento das margens de rendibilidade.

Esse problema surgira nos finais dos anos 60, quando a escassez de mão-de-obra, sobretudo qualificada, vinha impedir as conversões de capital e os ganhos de produtividade do trabalho, por um lado, e as adequações da estrutura da oferta às transformações emergentes da estrutura da procura, por outro lado. Por outras pala-

vras, o modelo de crescimento seguido até então esbarrava com os obstáculos de natureza essencialmente sócio-política que impediam o salto qualitativo do crescimento ao desenvolvimento sócio-económico. Uma tal mudança exigia, simultaneamente, a máxima mobilização das capacidades de financiamento das empresas e do crédito nacional em vista da diversificação do aparelho produtivo e ainda o custeio da acrescida importação de bens de investimento exigida pela mesma nas situações de industrialização tardia.

Ora é quase um truísmo dizer que a evolução a que se assistiu foi de natureza totalmente diferente, na sequência, precisamente, do falhanço da ligação entre as liberalizações económica e política, que marca uma economia de mercado muito aberta, da transição de regimes de acumulação extensiva para regimes de acumulação intensiva de capital industrial. Com efeito, se tal não tivesse sido o caso, ter-se-ia assistido a rápidas alterações das estruturas das trocas inter-industriais, ao aparecimento de novos serviços adquiridos pelo sector industrial e à sucessão de transformações institucionais e estruturais da sociedade, designadamente aquelas que decorrem automaticamente da modificação da estrutura ocupacional da população activa e da intensificação do êxodo rural. Ficava bem claro deste então que uma mudança económica e social dessa natureza implicava uma transformação política radical no sentido da democratização e da rodagem das instituições capacitadas para gerir, por meio de arbitragens constitucionalmente regradas e garantidas, as tensões sociais e os conflitos de interesses subjacentes à expansão da economia de mercado. Sabe-se, com efeito, que esses conflitos e tensões englobam as relações Estado-mercado e, através delas, ainda as relações Estado-sociedade civil, condicionantes institucionais das mudanças de repartição do rendimento nacional entre a FBCF e a intensificação dos esforços financeiros do Estado, tanto em matéria de investimentos em infra-estruturas como nos domínios da segurança social, da educação e da formação de mão-de-obra qualificada e altamente especializada.

O triénio que se seguiu ao primeiro choque social de 1969-1970 correspondeu, sob vários aspectos, ao início da instalação desses dispositivos reguladores, nos quais se incluíam as tímidas aberturas políticas de um regime autocrático carcomido pelas suas contradições e pelo défice de legitimidade acumulado ao longo de mais de três décadas. Sobreveio então a prova da verdade do 25 de Abril e tudo se desfez num ápice, num irremissível ajuste de contas entre humilhações e rancores antigos, soberbas autoritárias e inadiáveis apetites de liberdade, de justiça social, de bem-estar e de ascensão social.

A primeira consequência desse desmoronamento de um regime foi o completo desmantelamento de um edifício económico-industrial cujas fundações apareciam, nesse compasso crítico, tão inacabadas como inseguras. O simples confronto das estruturas do produto industrial português dos anos imediatamente precedentes à crise de 1974-1976 com aquelas que o caracterizam na fase de rápido crescimento que assinala a saída desse período conturbado atesta o encaminhamento por uma outra lógica de transformação, onde predominam os movimentos de deslocalização industrial comandados por uma lógica defensiva de desdobramento territorial do sector, na qual a Região NORCEL, fazendo valer a inesperada dimen-

são estratégica do seu sistema tradicional de relações de trabalho e do modelo exportador do seu tecido industrial, repunha no seu todo a dinâmica de crescimento.

À vista destes elementos, facilmente se depreende que a mudança de ciclo no processo de industrialização a que correspondem essas transformações pouco tem a ver com aquelas que subentendem a passagem de um regime de acumulação industrial extensivo para um regime intensivo de acumulação, submetido a incessantes ajustamentos e emulações entre iniciativas de mercado orientadas pela constante procura de ganhos de rendimento e de produtividade. Ao nível macroeconómico, essa mudança de regime de acumulação industrial passa pelo acréscimo dos constrangimentos dos grandes equilíbrios económico-financeiros, dos quais dependem o valor aquisitivo da moeda nacional e, em última análise, as reais retribuições dos factores de produção, principal componente do valor acrescentado da actividade nacional.

Por conseguinte, do ponto de vista do quadro de referência utilizado, as estruturas do produto industrial português dos três últimos decénios não registaram quaisquer modificações que possam fundamentar as interpretações da crise de 1973-1976 em termos de transformações estruturais decisivas. Contudo, isso não significa de modo algum que essa crise charneira fosse isenta de implicações sócio-económicas estruturais importantes, antes pelo contrário. Só que o *modus operandi* das mesmas, caótico, desordenado e por força lentíssimo, revela bem que a simbiose entre a economia industrial moderna e a sociedade era ainda muito reduzida, com largas margens para mediações exógenas, quer políticas, quer económicas.

Quanto aos aspectos políticos que se prendem mais directamente com a comutação de regimes de acumulação de capital industrial, há a referir a formação de um importante sector industrial estatizado e/ou intervencionado constituído na sequência da nacionalização da banca e das intervenções políticas, elas mesmas suscitadas por uma relação de forças favorável ao sindicalismo ultrapolitizado da altura, a descapitalização maciça no sector agro-alimentar por causa de uma «reforma agrária» colectivista e o lançamento das fundações do Estado-Providência. Outro elemento importante a contabilizar nos aspectos políticos é o regresso à metrópole de capacidades empresariais das extintas possessões coloniais, factor de expansão do tecido médio-empresarial. O papel desempenhado por cada um destes factores nas mudanças de orientação do processo de industrialização exigiria pesquisas específicas. Mas a simples concomitância dos mesmos permite estabelecer a trama em que se desenrola o processo de *crescimento sem modernização*.

Posto que o carácter extensivo da industrialização tardia portuguesa se manteve praticamente inalterado nos dois ciclos em que ela se apresenta, e isso não obstante a ocorrência de significativas mudanças dos contextos internos e externos, como sejam as de natureza sócio-política e institucional e as relativas à conjuntura económica internacional, a questão que se coloca é a da identificação dos factores e das oportunidades efectivamente aproveitadas que permitiram a recuperação dos ritmos do crescimento industrial *ex ante*. A questão é tanto mais pertinente quando se sabe da situação de falência não declarada em que se encontraram nos anos seguintes a maior parte das indústrias nacionalizadas, cujos mercados protegidos,

tanto de colocação de produtos manufacturados como de aprovisionamento de matérias-primas e de petróleo, se esvaíram com o desmoronamento do sistema colonial.

Na verdade, o primeiro elemento de resposta a ter em conta reside, quanto a nós, nessa mesma conjunção excepcional de factores endógenos e exógenos de mudança, os quais, quer por efeitos de neutralização recíproca, ou, ao contrário, quer por efeitos sinérgicos, iriam criar, a partir de 1977, condições particularmente propícias para o relançamento em moldes diferentes do crescimento industrial, condições essas que só começariam a ser modificadas a partir de 1988-1989, já depois da adesão de Portugal à CEE. Com efeito, a imbricação num mesmo compasso conjuntural dos factores endógenos e exógenos de mudança a que acabámos de aludir traduziu-se na lista impressionante de problemas prementes que actuavam como um freio na transição para a democracia.

Se considerarmos na sua globalidade os efeitos produzidos por todas essas ondas de choque, não será exagerado afirmar que, somados uns aos outros, eles criavam uma situação de tipo tábua rasa, a partir da qual diferentes sectores da sociedade entendiam soerguer, a partir dos escombros do antigo edifício social, as traves-mestras da nova organização social.

O clima escaldante que viu eclodir o PREC provinha da longa marcha de um regime *aux abois*, embrenhado em guerras de outros tempos que não podiam dar senão saídas por portas traseiras, para trás, e nunca para a frente. Sobre essas causas, remotas ou mais imediatas, do esboroamento de todo um sistema sócio-político pouco haverá a acrescentar àquilo que foi já alvo de intenso e por vezes virulento debate público, no qual se inscrevem, aliás, os primeiros passos da democracia moderna em Portugal. Todavia, sobre os efeitos da referida conjunção entre factores endógenos e exógenos de mudança de que releva todo esse «processo revolucionário» predominam as interpretações estabelecidas a partir de concepções teóricas da mudança social que não atendem às especificidades das sociedades de espaços múltiplos, entre as quais há a considerar, precisamente, o facto de a acção colectiva aí ser particularmente fértil em «efeitos perversos». Por isso mesmo, retomaremos os termos desse debate antes de esboçarmos os delineamentos de uma outra interpretação possível desses acontecimentos.

A primeira constatação que se impõe numa observação atenta dessas transformações é a coincidência entre as rupturas de ciclo no processo de industrialização tardia e a inversão das posições de prevalência entre as duas principais regiões industriais do país, isto quando as consideramos não tanto sob o aspecto das suas contribuições para a formação do produto industrial bruto, mas sobretudo a partir de critérios como ritmos de crescimento, dinamismo empresarial e participação nos espaços económicos mais abrangentes da economia nacional. Reconsiderada a partir destes critérios, a situação de predominância da Região Sul, consolidada ao longo do primeiro ciclo de industrialização, inverte-se bruscamente com o retorno à posição cimeira da região industrial do Norte, tal como ocorria nos primórdios da industrialização em Portugal.

Para além das causas sócio-políticas, que detêm aqui uma importância crucial, as razões dessa reversão englobam aquelas que têm a ver com as diferenças de

composição dos tecidos industriais das duas principais regiões económicas do país, por um lado, e com as diferenças de substratos sociais que as distinguem, por outro. Em suma, elas prender-se-iam com a estrutura dualista da sociedade. Contudo, essa estrutura aparenta ser muito menos afirmada e consolidada do que poderia parecer à primeira vista, e isto pelo próprio facto da permutabilidade que ela autoriza entre os diferentes sistemas sócio-económicos que a compõem. O paradoxo merece ser sublinhado, porquanto, quer os tipos de economias espacializadas, quer os tecidos sociais dos dois universos regionais, apresentam, conformações e disparidades bem marcadas. A elas voltaremos em pormenor mais adiante, mas atenda-se sobretudo à transladação sócio-territorial que se opera com essa reversão de posições e reporte-se esse aspecto da referida transformação ao conjunto de acontecimentos de idêntica natureza que envolvem a crise de 1974-1976, isto é, às profundas transformações sócio-territoriais e geo-económicas decorrentes da extinção definitiva do sistema colonial e ainda, antes dela, à recrudescência da emigração económica durante os anos que precedem essa mesma crise.

Tanto o carácter excepcional desses eventos, cada qual com capacidade suficiente para provocar por si só profundos abalos da estrutura social, como a sequência cronológica em que eles se apresentam, o que não possui qualquer equivalente recente no contexto europeu, apontam para transformações sociais que, pela sua natureza basilar, só podem ser analisadas a uma escala macrossocial, ou seja, à escala que englobe as demais diferenciações sócio-geográficas, assim como as lógicas de estruturação social em que todas elas participam, decerto com forças desiguais, mas nem por isso despiciendas. É nesse sistema de inter-relações que convém situar as relações entre os espaços da industrialização difusa da Região NORCEL e os espaços LISE de economia mais diversificada e de indústrias mais concentradas.

Através da reversibilidade de situações sócio-políticas traduzidas em metamorfoses das configurações sócio-territoriais da formação social é possível detectar os processos de mudança característicos das sociedades de espaços múltiplos, designadamente aqueles que no caso português relevam da persistência do dualismo sócio-geográfico. Tal é, em todo o caso, a hipótese que orienta esta investigação.

Para prosseguirmos as averiguações sobre as relações que possam ser estabelecidas entre as formas de industrialização difusa reactivadas recentemente nalgumas dessas sociedades e as características sócio-geográficas constitutivas das mesmas importa mencionar desde já as modalidades de funcionamento e as evoluções das formações históricas desse tipo, designadamente aquelas que se traduzem frequentemente em fenómenos de *comutação sócio-territoriais e de retrocessos para temporalidades sociais do passado*. Para esse efeito retomarei os esquemas que formulei nos trabalhos já efectuados no âmbito deste mesmo programa de investigação, quando procurava elucidar a complexidade da estruturação social nesse tipo de sociedades. A partir desses esquemas procurarei avançar para a explicação sociológica das transformações sociais que acompanharam a recente expansão das actividades industriais em determinados segmentos espaciais das mesmas. Por fim, procurar-se-á averiguar, numa perspectiva comparativa, em que medida e sob que

condições o crescimento económico dessas sociedades, centrado ainda na expansão de actividades industriais, traduz um processo de convergência em relação às sociedades europeias mais desenvolvidas. Posto noutros termos, trata-se de saber se as sociedades de espaços múltiplos, ao verem os níveis das suas economias crescer com a industrialização, tendem a perder as características estruturais em que radicam os défices de modernização económica e social que as caracterizam.

#### 4.3. O DUALISMO INDUSTRIAL PORTUGUÊS

Na perspectiva sociológica adoptada aqui, as comutações bruscas de regimes sócio-económicos operadas por reconfigurações sócio-geográficas da sociedade podem ser vistas como uma manifestação do persistente polimorfismo dos processos de estruturação social nos países de espaços múltiplos. É, aliás, nessa capacidade de autometamorfoseamento sócio-geográfico que se revelam outras características estruturais da sociedade multiespacial, bem visíveis nas formas de adaptação às mudanças rápidas da economia internacional. Nesta óptica, as modalidades e a cronologia da reactivação da industrialização difusa em Portugal e na Itália assinalam e analisam também essas mudanças sociais e económicas mais abrangentes, entre as quais as recentes mutações industriais, que explicam, pelo menos em parte, o fenómeno que nos interessa.

Nos contextos francês, italiano e português, a industrialização difusa integra-se, em larga medida, nos processos de desconcentração/deslocalização industriais, que procedem, regra geral, à procura, por parte das grandes firmas, de vantagens comparativas mais favoráveis para determinados segmentos das suas actividades. Por deslocalização entende-se a transferência integral ou parcial das actividades de produção de um dado estabelecimento fabril para uma outra região ou para um outro espaço da mesma região que apresentem vantagens locativas e/ou vantagens comparativas atraentes para o investimento industrial, como sejam bacias de emprego, vantagens fiscais, proximidade de pólos tecnológicos, níveis de vida, minimização dos encargos sociais, etc. Ao nível de uma dada firma, será consoante a sua dimensão e o seu estatuto (grande firma multinacional, grande e média empresa) ou ainda em função da natureza das suas actividades produtivas que poderão ser apreendidas as razões de tal ou tal reimplantação e as modalidades que esta recobre. Actualmente, o fenómeno da deslocalização é indissociável das estratégias de desconcentração das grandes firmas.

As razões económicas da desconcentração industrial são de várias ordens e tanto podem estar ligadas às deseconomias externas (especulação fundiária urbana e periurbana, efeitos de mercados de trabalho demasiado tensos e rígidos, níveis elevados de imposição fiscal, etc.) como às deseconomias de escala (reciclagens tecnológicas, ausência de flexibilidade produtiva, reestruturações dos ramos de actividade, etc.).

Mais concretamente, com a reestruturação dos antigos sistemas produtivos e o desenvolvimento considerável da subcontratação surgiram as iniciativas locais de

acompanhamento dessas mutações, iniciativas essas que correspondem à desconcentração indirecta ou desenvolvimento industrial local. Foi esse, sobretudo, o vector da difusão industrial em Portugal.

Se nos reportamos às condições gerais da economia industrial portuguesa por meados dos anos 70, aquando do desencadeamento desse processo, depara-se-nos uma situação onde coexistem duas regiões industriais distintas e, em larga medida, desconexadas entre elas. A região industrial do Norte era então constituída por um tecido industrial semidisperso, com três focos de irradiação: o da área do Grande Porto, o triângulo Braga-Guimarães-Vila Nova de Famalicão e o pólo Aveiro-Águeda. Não longe desses focos de médias e pequenas empresas solidamente implantadas, surgiam pequenos núcleos industriais, como S. João da Madeira, Viana do Castelo, etc. O triângulo das bacias do Cávado, Ave e Vizela concentrava desde os primórdios da industrialização em Portugal o essencial da indústria têxtil que manteve até aos anos 50 grande parte das características tecnológicas e organizacionais iniciais, determinadas pelo atraso da electrificação e pela persistente abundância de mão-de-obra camponesa nessas regiões. A electrificação deu início à modernização dessas indústrias; a partir do momento em que elas começam a acompanhar a evolução tecnológica do sector, o antigo sistema manufactureiro entra em declínio, mas mantém-se, em parte, integrado em redes de *outputters*.

Uma outra característica importante dessa bacia industrial, constituída em simbiose com o meio rural-camponês, era a sua estreita relação com os meios financeiros e comerciais europeus, sobretudo ingleses.

Com a modernização e a transferência para as colónias de uma parte das actividades do sector, essas características tendiam a desaparecer rapidamente, mas, mesmo assim, o lapso de tempo que vai do início dessas transformações até ao momento em que se desencadeou o actual surto industrial da região não excede um quarto de século, ou seja, uma geração. A explosão da emigração para a Europa mais desenvolvida, simultaneamente consequência do subdesenvolvimento e factor de modernização, veio alterar em profundidade o sistema de articulação pequena agricultura familiar/trabalho fabril não qualificado, ao qual se substituíam progressivamente um regime salarial propício à formação de um operariado industrial estabilizado. Além disso, a diversificação dos mercados externos (EFTA e primeiros acordos com a CEE) e a expansão do mercado interno vinham acentuar essa tendência, a tal ponto que na véspera dos acontecimentos do triénio 1974-1976 ninguém ousaria sustentar a possibilidade de uma revitalização do antigo sistema.

Para que essa involução ocorresse, a sociedade deveria voltar a apresentar pelo menos algumas das características estruturais que explicam a longa vigência do sistema produtivo tradicional, assim como algumas das componentes da conjuntura internacional que o sustentava. E, de facto, se atendermos à descolonização e às «perfusões» demográficas do «retorno» maciço dos desalojados do ultramar, ao dobramento sobre si mesma da sociedade camponesa tradicional, que servia de refúgio vital para uma grande parte dessas famílias, à desorganização social e económica que se seguiu ao 25 de Abril e à natureza sócio-territorial das grandes clivagens políticas dessa altura, ou ainda se atendermos à perda definitiva das

matérias-primas a baixo preço das colónias e ao cancelamento da imigração nos principais países receptores, lá temos os factores conjunturais dessa revitalização, para a qual vinha também contribuir a acelerada deslocalização industrial efectuada por grandes firmas estrangeiras interessadas na mão-de-obra barata que o país oferecia.

Quanto aos aspectos sócio-políticos da reconversão do aparelho produtivo, a clivagem que aparece com maior nitidez é a que opõe a sociedade rural tradicional à efervescência revolucionária do proletariado urbano, o que colocava as regiões onde a sociedade camponesa preservava os seus padrões de vida e as suas estruturas sociais numa posição estratégica em relação às outras componentes sócio-territoriais, posição essa que conferia às regiões do Norte e Centro Litoral a vantagem da capacidade adaptativa às situações de crise. No contexto de instabilidade política e de desorganização social, esse espaço surgia como o estabilizador central da sociedade, eixo em torno do qual iriam gravitar desde então, e por um período ainda por fechar, os principais factores (e actores) da reorganização económica básica e da democratização política. O Norte e Centro Litoral era propulsado para essa posição central tanto pela decomposição do complexo económico regional sul (descolonização, impasses da revolução agrária e intentonas totalitárias) como pelo apoio que lhe vinha do «espaço da emigração» («greve» das remessas oficiais dos emigrantes); instituindo-se praticamente em regiões autónomas, elas abriam campo para a formação de uma socioeconomia em ruptura profunda com a restante sociedade.

Daí que a revitalização dos sistemas produtivos tradicionais a que se prende o surto da difusão industrial nessas regiões possa ser também apreendida como uma manifestação das tensões inter-regionais que acompanham os processos de transformação social nessas sociedades, tensões essas que explodiram nessa conjuntura, mas que não resultavam apenas dela. Para além dos factores conjunturais, havia ainda os conflitos inter-regionais latentes do primeiro ciclo da industrialização tardia e que eclodiram abertamente só então. Se admitirmos que a historicidade das sociedades de espaços múltiplos se estabelece num dado conflito central, então esse conflito seria de natureza inter-regional, o qual pode, em certas circunstâncias, subsumir todos os outros (conflitos de interesses, conflitos de classes, conflitos e tensões políticos, ideológicos, etc.). Nesta perspectiva, o significado profundo do resultado desse embate talvez fosse que o *salto* da sociedade portuguesa para a modernidade, *enjeu* central desse confronto, era o verdadeiro objecto da contenda entre os dois grandes conjuntos regionais do país, cada qual procurando impor ao outro a sua própria via de passagem.

Mais adiante voltarei a este aspecto da mudança social nas sociedades de espaços múltiplos para mostrar que nessa contenda não há, regra geral, vencedor definitivo, mas tendo em conta os termos em que procurei estabelecer essa problemática e os dados em que eles se fundamentam, relativa às controvérsias sociológicas sobre a pertinência teórica dos conceitos de tradição e de modernidade, ou mais exactamente sobre a validade dos modelos sociológicos que procuram descrever e explicar os processos de mudança social a partir dessa dicotomização.

A sociedade de espaços múltiplos, bem como as sociedades pluriculturais, constituem terrenos particularmente interessantes para testar algumas das hipóteses em confronto nessas controvérsias, porquanto a longevidade e permanência das suas singularidades históricas subentendem a presença de processos e de formas de estruturação sociais que contradizem o postulado do universalismo hipostasiado pela sociologia dita da «modernização». Assim, tudo indica que nas sociedades pluriespaciais as convulsões ou desestruturas sociais induzidas pela irrupção da modernidade num qualquer sector ou esfera importante da vida social são geralmente acompanhadas de reactivações potentes dos modelos culturais tradicionais próprios de cada uma das suas componentes sócio-territoriais, como se cada uma dessas componentes entendesse integrar *a seu modo* e ao seu próprio ritmo, em conformidade com as suas estruturas sociais, os vectores dessa modernização. E, do mesmo modo que esses factores de modernização produzem efeitos diferentes em cada uma delas, a divergência ou as descoincidências dessas situações de transição tendem a induzir, à escala da sociedade global, configurações e conjunturas inéditas, ou em todo o caso inesperadas, que alteram as condições de desenrolamento da vida social nas diversas esferas da mesma, designadamente a esfera da economia e, por conseguinte, as condições de valorização do capital industrial. Esses efeitos de composição recobrem os aspectos mais complexos da interacção social neste tipo de sociedades e determinam, em grande parte, os mecanismos de redução dessa complexidade, designadamente através da prevalência dos valores legitimados pelas tradições. Daí que nestas sociedades a dicotomia tradição *versus* modernidade seja raramente operatória para a análise dos processos de interacção social. Em vez de uma oposição, é um misto das duas que prevalece sempre à escala da sociedade global, o que faz com que possamos avançar a noção de *tradicionalidade compósita* para caracterizar o universo simbólico que subjaz ao regime de comunicação social que caracteriza esse tipo de sociedades. Para testar essa noção seria interessante lançar estudos aprofundados sobre a percepção do tempo nos diversos meios sociais e nas diversas camadas da população. Por aí se averiguariam talvez as razões pelas quais a procura do lucro rápido, próprio do espírito mercantil, mas adverso ao espírito industrial, aparece como uma constante do comportamento económico nessas sociedades.

Para verificarmos a ocorrência e os efeitos desses enviesamentos sócio-económicos na sociedade portuguesa vejamos, em traços largos, a génese da actual descoincidência de evoluções das duas principais regiões industriais do país, aspecto do dualismo mole que cinde o país em duas realidades distintas, a do Norte e a do Sul. A partir daí poder-se-ão estabelecer algumas hipóteses quanto à evolução dessa fractura social.

#### 4.4. AS DUAS MODALIDADES DA INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA

O primeiro ciclo da industrialização tardia em Portugal corresponde à conversão do regime oligárquico autárcico ao industrialismo, assinalado pelo relativo relaxamento do condicionamento industrial e pelos primeiros passos efectuados em direc-

ção à integração europeia (EFTA, 1959). Esse novo curso da política industrial orientava-se fundamentalmente pelo duplo objectivo de uma recuperação em relação ao desenvolvimento industrial europeu e ao lançamento das bases industriais e tecnológicas de que dependiam as reorientações da política ultramarina. Em traços largos, essa conversão obedecia a uma concepção planista da industrialização, virada para o lançamento dos primeiros empreendimentos no sector das indústrias de base (siderurgia, metalurgia e petroquímica) e para as fileiras tecnológicas das indústrias dos transportes. A estratégia então adoptada inscrevia-se, em parte, no modelo de industrialização por substituição de importações e, em parte, no modelo de especialização exportadora, numa dosagem imposta pela ambiguidade da situação portuguesa da altura (país economicamente subdesenvolvido, mas, mesmo assim, pequeno potentado colonial).

Essa estratégia de desenvolvimento industrial apostava na preservação/trans formação do «espaço económico português» e fazia da região industrial do Sul a placa giratória da articulação dos espaços metropolitano e colonial. O perfil produtivo da região industrial Lisboa-Setúbal-Sines, onde se concentravam as principais empresas das indústrias dos transportes (ferroviário e naval), da química e da petroquímica (CUF, complexo de Sines), da construção electromecânica, da siderurgia, etc., reflectia e promovia as funções centrais de mediação política e de capital económica de um «espaço português» dilatado muito para além do máximo das suas possibilidades intrínsecas, tanto geoestratégicas como económicas. Esse tipo de desenvolvimento industrial acelerado e autocentrado vinha em reforço da Área Metropolitana de Lisboa, cujas funções de capital política, em épocas de descolonização, careciam das estruturas económicas para amarrar mais solidamente ao centro de decisão todas as componentes territoriais, colónias e regiões, no intuito deliberado de cercear qualquer veledade independentista por parte das colónias. Por outras palavras, o primeiro ciclo da industrialização tardia correspondeu também, embora não só, à tentativa desesperada de sobrevivência de um nacionalismo de império anacrónico que vira na industrialização centralizada e planificada da metrópole, curiosamente calcado sobre o modelo soviético, o meio mais eficaz para durar.

Sem o saberem, é óbvio, os conceptores e os principais agentes dessa estratégia preparavam o leito para os adeptos da solução de recâmbio, protagonizada pelo Partido Comunista e seus aliados, que entendiam servir-se dessas estruturas centralizadas como instrumentos das suas estratégias. Como indicado mais acima, denominarei esse núcleo propulsor do sistema concentrado/monopolista da Região Sul de LISE (Lisboa e Setúbal).

Quanto ao segundo ciclo da industrialização tardia, ele corresponde quase ponto por ponto a uma inversão do modelo anterior. O perfil produtivo da região industrial do Norte, para onde refluíram capitais e recursos humanos a partir dos meados dos anos 70, caracterizava-se por uma acentuada especialização sectorial, bem integrada na divisão internacional do trabalho continental, embora a indústria têxtil beneficiasse também do sistema colonial, tanto em termos de mercados cativos como para o seu aprovisionamento em matérias-primas. Esse modelo de crescimento virado para a exportação permitia-lhe superar a estreiteza do mercado interno, o que colocava a classe empresarial do Norte mais em sintonia com os mercados europeus.

O tecido empresarial era predominantemente de tipo desconcentrado, apesar do aparecimento de novos ramos fortemente concentrados (fiação de fibras sintéticas e pasta para papel), o que revelava um grande atraso das formas organizacionais de empresa e a inexistência de padrões de relações profissionais industriais modernas, deixadas ao sabor das boas e menos boas intenções do paternalismo. Apelidaremos esse modelo de NORCEL, como indicado, e passamos a caracterizá-lo com mais pormenor.

#### 4.5. A ESPECIFICIDADE DO MODELO NORCEL

Como indicámos precedentemente, a matriz industrial da Região Norte, com a sua característica especialização sectorial e exportadora, a que acrescia a sua simbiose com os meios rurais circundantes ou de imersão, ascendia aos primórdios da industrialização em Portugal. No entanto, o relaxamento do «condicionamento industrial», que marca por finais dos anos 50 a conversão clara do regime autocrático à política de industrialização, teve por efeito desbloquear o processo de diversificação contido virtualmente no próprio modelo de origem. Essa viragem abria campo a uma modernização do aparelho produtivo do têxtil, principal sector, e permitia a transferência para as colónias dos segmentos de produção menos rendíveis do mesmo, o que veio favorecer o desabrochamento de um pequeno sector de produção de equipamentos e de maquinaria para a indústria têxtil. Com o desencadeamento desse processo de expansão, a região adquiria progressivamente uma outra tessitura industrial, embora alguns desses factores de modernização a constrangissem, paradoxalmente, a manter largos traços das suas características originárias. Com efeito, esse tecido industrial, ainda largamente tributário das funções de produção de tipo *capital-saving*, deparara durante o primeiro ciclo da industrialização tardia com os constrangimentos da rarefação da mão-de-obra, induzida pela explosão da emigração e pela mobilização militar, e do persistente condicionamento do crédito industrial, então canalizado prioritariamente para a região industrial central LISE. Nessas condições, a expansão das actividades dos principais sectores da Região Norte só podia ser assegurada através de uma substancial extensão da área de recrutamento da mão-de-obra, o que significava, no contexto infra-urbanizado da região, o englobamento por esse sistema produtivo dos espaços rurais circundantes cujas características sócio-morfológicas eram idênticas àquelas que prevaleciam no período anterior na área industrial difusora.

Essa dinâmica de difusão territorial da indústria matricial, combinada com a já referida tendência para a relativa diversificação da produção industrial, por um lado, e com a resistência à urbanização manifestada pela população rural do Norte e Centro Litoral, por outro lado<sup>1</sup>, integrava todo esse vasto *hinterland* num sistema

---

<sup>1</sup> Esta noção de «resistência à urbanização» por parte das populações rurais deve ser utilizada com o máximo de precauções. No caso português, se atendermos ao destino urbano dos diferentes fluxos da emigração, não seria tanto a recusa da vida citadina como a não aceitação das precárias condições de vida oferecidas aos neo-urbanos que explica essa «resistência».

sócio-económico coerente e de grande flexibilidade, como o viriam demonstrar, aquando das crises nacional e internacional, as suas notáveis capacidades de resistência e de adaptação. No movimento de expansão territorial os espaços de desdobramento desse sistema sócio-económico transbordavam das regiões do Norte e Centro Litoral; no entanto, é nessas regiões que se concentram e entrecruzam as redes que o sustêm, donde a apelação de NORCEL (Norte e Centro Litoral) que adoptámos.

Para além dos traços que acabámos de apontar, a diversificação do tecido industrial da Região Norte traduz-se numa sucessão de manchas de industrialização que recobrem os escalões inferiores da rede urbana dessas regiões ou se situam nas zonas rurais mais densamente povoadas ao longo da reticulação rodoviária do Norte e Centro Litoral. A fileira do têxtil, a partir do foco de irradiação do triângulo Cávado-Ave-Vizela, onde se localizam as principais fábricas de fiação e de tecelagem, integrou largas parcelas desse espaço a partir do desenvolvimento das actividades conexas do ramo da confecção e dos tecidos de decoração, designadamente através das formas de produção em regime de subcontratação, que para certos produtos se desmultiplica até à sua mais simples expressão, isto é, o trabalho ao domicílio. O ramo do calçado, até há relativamente pouco tempo concentrado na zona de S. João da Madeira, propagou-se em ponteados ao longo de um corredor que se estende, a partir do núcleo difusor, S. João da Madeira/Oliveira de Azeméis, até ao concelho de Alvaiázere (distrito de Leiria), em direcção ao sul, e até ao concelho de Penafiel, na direcção oposta. Tal como no caso de certos artigos da indústria da confecção, a organização da produção desconcentrada assenta na generalização da subcontratação, também ramificada até ao escalão mais desconcentrado do trabalho ao domicílio.

O caso de Aveiro/Águeda ilustra a presença nessa região de uma outra tendência da dinâmica de diversificação das actividades industriais. Em agregação com as actividades de um pequeno núcleo de fundição metalúrgica que se tinha constituído nos anos 20, assistiu-se ao desabrochamento de um conjunto de pequenas indústrias metalomecânicas (pequenos motores, ciclos e motociclos, alfaias agrícolas, etc), cujas origens oficinais (serralharia industrial, fundição) eram ainda muito perceptíveis nos anos 60. Com a expansão do mercado interno, que absorvia a integralidade dessa produção, algumas dessas empresas ascendiam ao nível da produção industrial, constituindo no seu conjunto uma mancha industrial com características diferentes das zonas do têxtil/vestuário e do calçado. Mais recentemente desenvolveu-se ali uma nova especialização, cerâmica industrial e moldes para a indústria do PVC, virada em grande parte para o mercado exportador. A noção de «distrito industrial», entendida na acepção marshalliana de conjuntos de indústrias tradicionais enraizados numa dada região, aplica-se assaz apropriadamente a essa área industrial, o que já não sucede no caso das zonas de difusão dispersa e semi-dispersa. Com efeito, o conjunto Aveiro/Águeda recobre um tecido industrial de pequenas e médias empresas cujas actividades produtivas se diversificam ao longo de uma dada fileira tecnológica, seguindo uma evolução que tende para a constituição de um sector industrial. As vantagens locativas que atraem ou suscitam a criação de novas

empresas no «distrito industrial» derivam, no essencial, da existência *in loco* de tradições de *saber fazer* e de mão-de-obra qualificada, por um lado, e das especializações complementares das unidades de produção instaladas, por outro lado. Numa configuração desta natureza, o desenvolvimento industrial procede da inovação e do crescimento contínuo do investimento produtivo, e não tanto da replicação mimética de empresas idênticas, a que correspondem, geralmente, as áreas monoindustriais da modalidade dominante da industrialização difusa. No caso do «distrito industrial», as especializações produtivas das empresas são mais afirmadas, espicaçadas pela concorrência internacional oriunda dos países avançados e pela concorrência interna em matéria de recrutamento e de formação de mão-de-obra qualificada. Nesse contexto local, as empresas são compelidas, para sobreviverem, a garantirem a qualidade e a fiabilidade dos seus produtos, assim como a fidelizarem contratualmente uma mão-de-obra profissionalizada, isto é, detentora de uma efectiva capacidade de mobilidade, tanto interempresarial como territorial, o que lhe confere, concomitantemente, uma capacidade de negociação salarial muito superior à capacidade média dos assalariados da indústria transformadora portuguesa.

Para alguns investigadores, a génese e o desenvolvimento do «distrito industrial» de Aveiro/Águeda têm sido apresentados como um caso bem sucedido de desenvolvimento industrial «à italiana» e como um modelo ideal de *sistema produtivo local* (Reis, 1989), extrapolável para outras classes de áreas industriais geradas pela recente difusão industrial. Sem excluir essa virtualidade, importa verificar as condições da sua efectivação através da análise da evolução do sistema sócio-económico que sustém a industrialização difusa e semidispersa.

#### 4.6. AS PROJEÇÕES REGIONAIS DO MODELO «PROTECCIONISTA EXPORTADOR» E AS SUAS IMPLICAÇÕES NA ECONOMIA NACIONAL

Vimos já que os traços genéricos da Região NORCEL remetem para um sistema produtivo de tipo *capital-saving*, determinado pela vantagem comparativa derivada dos *baixos salários*. A complementaridade das actividades oscilatórias exercidas, simultânea ou periodicamente, na pequena agricultura familiar e nas empresas industriais locais (também de carácter familiar, muito frequentemente) constitui o principal atributo desse parâmetro, o que explica, em grande parte, a forma da difusão industrial prevalecente nesse espaço. Vimos também que as diferentes áreas de industrialização dispersa e semidispersa apresentam especializações produtivas que colidem frequentemente umas com as outras, num intrincado de descontinuidades geográficas que impede o aparecimento do efeito sinérgico das complementaridades interempresariais, o qual se concentra, no essencial, nas «pontas» de rede, isto é, nas principais empresas comanditárias e nas regiões onde elas se encontram implantadas e/ou onde funcionam regularmente os seus órgãos centrais ( direcção e administração, serviços de comercialização e de *marketing*, gabinetes de estudo, concepção de produtos, etc.). O mesmo é dizer que a parte mais importante do valor acrescentado das produções efectuadas por esse tipo de deslocalização

industrial é produzida ou drenada nos/para os centros urbanos onde se concentram essas funções «nobres» e para as empresas tecnológica e organizacionalmente mais evoluídas, que detêm não só as licenças de fabrico e as marcas depositadas, mas ainda todo o *software* do circuito «produto» (meios de concepção dos modelos, de promoção e de colocação dos produtos), assim como o fabrico das matérias mais sofisticadas para a produção de bens de uso pessoal (vestuário, calçado, marroquinaria, etc.). Ora, no caso NORCEL, se o modelo de industrialização que a caracteriza aparenta à primeira vista, possuir os atributos e as virtudes do modelo dito «proteccionista-exportador»<sup>2</sup>, uma análise mais fina das estruturas produtivas dessas indústrias revela tal não ser o caso, apontando sim para os inconvenientes do duplo constrangimento económico com que elas se confrontam, mesmo que a já referida flexibilidade que as caracteriza lhes permita superar, numa primeira fase, os efeitos contraprodutivos dessa situação. Vejamos rapidamente o teor dessa divergência de modelos e os efeitos distorcedores produzidos pelos constrangimentos com que se confronta cada vez mais o sistema produtivo dominante da Região NORCEL.

Em primeiro lugar, no que respeita a estratégia de desenvolvimento económico pela especialização exportadora, o modelo a que aludíamos implica a existência de uma estreita conexão do ciclo «produto» e do ciclo «bens de equipamento», ou seja, um rápido lançamento da produção de bens de equipamento para o sector produtor-exportador, de forma a gerar economias na balança comercial e a proporcionar a expansão do mercado interno. Na situação de uma economia extremamente aberta, como passou a ser a economia portuguesa desde a desintegração do modelo LISE e a subsequente expansão do modelo NORCEL, o modelo proteccionista-exportador, nas modalidades que ele ali recobre, não pode induzir, como o ocorrido noutros países colocados diferentemente no contexto da economia internacional, os círculos virtuosos de desenvolvimento. Com efeito, atendendo ao facto de o sistema NORCEL funcionar fundamentalmente na base desse modelo, o não acompanhamento dessa lógica de desenvolvimento por parte do resto da economia e da sociedade dá origem a distorções e a disfuncionamentos que não só desvirtualizam as potencialidades teóricas do modelo, como ainda acarretam, por efeitos de retrocesso sobre os outros sectores de actividade (industriais ou não) e sobre as outras regiões, o aparecimento de bloqueamentos susceptíveis de desestabilizarem em pouco tempo todo o edifício industrial construído nessa base.

Isso significa, esquematicamente, que a sinergia dos «sistemas produtivos locais» é uma função das suas contribuições para a densificação da matriz das trocas interindustriais e intersectoriais, ou seja, das suas efectivas participações no desenvolvimento dos sectores industriais e dos serviços cujos *outputs* correspondem aos investimentos em equipamentos, em melhor organização e em I & D (inovação), utilizáveis pelos ramos ou sectores da indústria exportadora. Na situação portuguesa, fortemente marcada por essas descoincidências entre sistemas de produção e repro-

---

<sup>2</sup> Do género do modelo de desenvolvimento económico japonês dos anos 50 e 60, formalizado pelo economista K. Akamatsu em 1935 (cf. André Grejbine, *La nouvelle économie internationale*, PUF, Paris, 1980).

dução social, para retomar uma expressão sugestiva (Sousa Santos, 1988), a economia extrovertida e desfocada que caracteriza o sistema social da Região NORCEL faz dos principais sectores exportadores da mesma um segmento de um sistema económico-espacial muito mais amplo, centrado nas regiões europeias mais desenvolvidas, o que não deixa de a dessolidarizar das regiões em posição ou em risco de marginalização em relação a esse espaço central. Essas distorções e as referidas descoincidências entre economia e sociedade são a expressão da desarticulação extrema, aos níveis local e nacional, da indústria portuguesa no seu conjunto, assim como dos muitos débeis efeitos de arrastamento das dinâmicas de crescimento económico e industrial da Região NORCEL para os sectores de actividade industrial localizados noutras componentes sócio-territoriais da sociedade. Esse modelo impede na própria Região NORCEL a diversificação e a intensificação não só das actividades industriais, como ainda das do terciário e das da agricultura.

Para além das distorções que acabámos de indicar, a evolução da industrialização difusa e semidispersa desenrola-se cada vez mais sob a influência directa dos efeitos de um duplo constrangimento económico, como dizíamos logo de começo. O primeiro deles decorre da localização desse sistema produtivo nas «caudas» das fileiras tecnológicas, dos circuitos «produto» e das redes comerciais em que se inscrevem as operações de fabrico e/ou de montagem mais repandidas na Região NORCEL. Nessa situação de especialização exportadora de baixo valor acrescentado, a valorização do capital industrial é tributária dos parâmetros que determinam e asseguram a perenidade das vantagens comparativas calculadas em termos de custos dos factores de produção. Entre estes há a destacar aqueles que concernem aos principais recursos mobilizados nas funções de produção mais generalizadas, a saber, os níveis de salários reais, os preços dos produtos intermédios e dos bens de equipamento e o custo da energia.

Se considerarmos cada um destes factores, observa-se que as vantagens comparativas dependem cada vez mais do parâmetro *níveis de salários reais*. Com efeito, os índices anuais de produção industrial disponíveis revelam que a produção de bens de equipamento, longe de acompanhar tendencialmente o forte crescimento da produção de bens de consumo registado entre 1976 e 1986, acusa desde 1980, ano que marca a brusca inversão do ciclo destes bens, uma quebra da ordem de 22% entre 1980 e 1986, cuja tendência persistente aponta para a regressão do índice anual de produção dessa classe de bens ao nível do mesmo registado em 1973 (índice: 140, base 100 = 1970). Na classe dos produtos intermédios, mesmo levando em conta os ramos silvícola-industrial da produção de pasta para papel, dos microprocessadores e dos equipamentos para o sector automóvel, que se constituíram na base do mesmo modelo de especialização exportadora, o ano de 1980 marca também uma forte inflexão da curva de crescimento do índice anual de produção, fazendo aparecer uma tendência para um nítido afrouxamento do crescimento nos anos seguintes, em ruptura nítida com a tendência de forte crescimento do período anterior (índices: base 100 = 1970; 1975, 127; 1980, 195; 1986, 210). Isso significa, considerando o peso relativo que representa na estrutura industrial portuguesa a produção de produtos intermédios destinados à exportação, que este sector evolui sobretudo em função dos

parâmetros dos mercados externos de colocação desses bens, e não em função da estrutura da produção final (bens de consumo) amortizada, antes de mais, no mercado interno, como recomenda o modelo teórico desse tipo de industrialização.

Também não é por acaso que a acentuação desse tipo de especialização produtiva coincide com o desencadeamento dos efeitos do segundo «choque do petróleo», o que vem corroborar a importância dos factores exógenos na dinâmica desse crescimento industrial. De facto, durante o mesmo período, o índice anual de produção industrial de bens de consumo, que engloba a produção desses bens destinados à exportação, passava de 140 em 1974 para 185 em 1980 e 225 em 1986, sempre na mesma base 100 de 1970. De resto, um outro indicador da tendência para a erosão dos índices de rendibilidade do capital industrial, tendo em conta, por conseguinte, o crescente recurso da indústria portuguesa às importações de bens de equipamento e de bens intermédios destinados ao investimento nos demais sectores e, em especial, nos sectores de bens de consumo, é o aumento do custo da energia eléctrica induzido pelo aumento muito rápido das importações de França e de Espanha, o que coloca sob este aspecto as empresas portuguesas e/ou instaladas em Portugal na situação de paridade com as suas concorrentes estrangeiras. Em suma, se considerarmos a tendência de evolução da estrutura dos custos de produção da indústria transformadora portuguesa, tudo indica que a competitividade desta última nos seus principais mercados de colocação depende mais do que nunca do diferencial dos níveis médios de salários reais de que ela beneficia comparativamente às suas concorrentes instaladas nos restantes países da CEE.

As consequências deste constrangimento económico sobre o sistema produtivo NORCEL traduzem-se numa tendência para a dualização desse espaço social, cada vez mais visível à medida que se esgotam as reservas sócio-territoriais onde se regeneram os recursos estratégicos (mão-de-obra barata) das empresas integradas no sistema produtivo descrito. A febre de industrialismo que agitou no período das grandes remessas de fundos estruturais comunitários (1988-1990) quase todos os municípios desses espaços intermédios constitui um sintoma evidente da previsível saturação espacial, que limita fisicamente a expansão desse sistema e o crescimento económico extensivo, a menos que o país, em contradição com os acordos de Shengen, tolere o remédio da imigração clandestina.

A par da progressiva saturação do espaço de reserva para esse tipo de industrialização, assiste-se à intensificação da concorrência horizontal, da qual, aliás, a vaga de «municipalismo industrial» que atravessou essas regiões constitui uma clara manifestação. Por sua vez, essa exacerbação da concorrência induz, por efeitos meramente mecânicos, aumentos dos salários nominais, seguidos, mais tarde ou mais cedo, das subidas inelutáveis dos salários reais. A partir daí, e a muito breve trecho, a supor que nada virá alterar entretanto os dados dessa equação, o processo de modernização, que era travado nas primeiras fases da industrialização dispersa pela possibilidade da sua expansão territorial, inscreve-se na evolução previsível do sistema produtivo, que aponta para a constituição de novas estruturas sectoriais convencionadas e para o desenvolvimento de pólos tecnológicos onde a actividade industrial se imbrica noutros espaços sociais, perdendo, assim, a vinculação

territorial que tolhia a sua modernização. No entanto, essa lógica de modernização condiz quase sempre, nos países de espaços múltiplos, com a progressão da regionalização e institucionalização da mesma. Deste ponto de vista, Portugal continua a ser uma excepção na Europa do Sul.

Este delineamento da evolução provável do sistema NORCEL concorda, em larga medida, com aquele que é subentendido e desejado pelas orientações das políticas públicas que procuram enquadrá-la e pelas decisões de agentes económicos cujas antecipações inscrevem desde já esse futuro previsível na realidade. Assim, o recente lançamento do novo mapa universitário do país (universidades e institutos tecnológicos) e a reabilitação e refundação do ensino tecnológico e profissional, por um lado, e o reordenamento do território que se desenha com o desenvolvimento das infra-estruturas modernas, por outro lado, apontam para a expectativa de uma eclosão desse processo de modernização. No entanto, o carácter aleatório desse processo não deixará de desencadear uma série de transformações em cascata dos sistemas produtivos territorializados, as quais comportam o risco, sempre presente nas sociedades de espaços múltiplos, de induzir efeitos inesperados, dificilmente controláveis, porque pouco previsíveis.

Mais adiante procurarei discernir os elementos que deixam prever uma evolução que vai no sentido de uma dualização desse espaço, assim como os efeitos que ela gera tanto na sociedade local como à escala da sociedade global. Veremos nessa altura que essa tendência resulta não só das dinâmicas próprias da estruturação e da evolução endógena da socioeconomia específica dessas regiões, mas também do impacto em retrocesso sobre elas mesmas dos efeitos que esse modelo de crescimento industrial produziu nas outras componentes sócio-territoriais da sociedade, especialmente na região industrial LISE, o que nos obriga a identificar previamente estes últimos. Mas antes disso importa referir os efeitos distorcedores sobre o desenvolvimento industrial português que resultam de um outro constrangimento económico em que esbarram os sistemas produtivos de ambas as regiões industriais, NORCEL e LISE, e que vêm dificultar as suas conversões de modernização. Queremos referir-nos à inflação estrutural que acompanha o crescimento económico nas sociedades de espaços múltiplos, fenómeno que reflecte, a avaliar pelo caso português, a persistente fragilidade das estruturas económicas das mesmas.

Dizíamos mais atrás que a expansão da industrialização difusa e semidispersa obedece a uma lógica de crescimento económico que lembra, pelas dinâmicas que a subtendem, o modelo «proteccionista-exportador». Todavia, os elementos apontados anteriormente sublinham o carácter truncado e desarticulado das modalidades de funcionamento em Portugal desse modelo, bem visível nas suas expressões regionalistas. Para além da heteronomia da economia das regiões de maior difusão industrial, que invalida o modelo, como já indicado, há ainda a considerar o facto de a economia portuguesa, no seu conjunto, se encontrar desde 1986 (adesão de Portugal à CEE) num estado de perfusão financeira que, não obstante as facilidades que daí advieram e advêm para o lançamento e a prossecução de um importante programa de realização de infra-estruturas básicas, por um lado, e para a constituição dos fundos de maneiio das políticas públicas de acção social e/ou de apoios estrutu-

rais, por outro lado, produziu uma situação de transição, onde economia e sociedade distendem ao máximo as suas inter-relações no processo de estruturação social. Cada vez mais a economia do país é parte integrante de um conjunto regido por normas de produção e de consumo, por modelos organizacionais e por mapeamentos sociais que se constituíram nos países mais desenvolvidos, aos quais as regiões da Europa do Sul procuram adaptar-se o melhor possível, mas cada qual a seu modo, avançando os seus próprios triunfos na roda das oportunidades que se apresentam aos agentes económicos que actuam nesse espaço alargado.

Nesta situação, o poder central perde uma larga fatia das suas prerrogativas, em parte, em proveito das instâncias intergovernamentais do edifício comunitário e, em parte, a favor das entidades regionais, quer elas sejam dotadas ou não de órgãos executivos constitucionais. Colocadas perante esses puxões em direcções opostas, as políticas públicas de acompanhamento do desenvolvimento económico e social, no intuito de contemplarem e conciliarem interesses divergentes, registam sucessivas inflexões de orientação, cujas consequências são, em maior ou menor grau, a falta de coerência de cada uma delas e a esclerose dos sistemas de decisão de que depende a efectiva coordenação das actuações governativas. No domínio da política económica, as medidas de apoios estruturais (sustentação de preços, fundos de investimento de modernização) são enviesadas pelos critérios discordantes a que obedece o rateio do crédito. Por um lado, o critério de máxima eficiência tende a favorecer, tanto por efeitos de *lobby* como por efeitos de conjuntura, os sectores de actividade e as colectividades territoriais cujas contribuições para a prosperidade económica a curto e médio prazos são dados de evidência e rapidamente cobráveis pelas arrecadações fiscais e pelos ganhos em divisas; por outro lado, o critério de equidade, que traduz em matéria de fiscalidade os princípios da democracia política, obriga o poder central a não descuidar as reivindicações dos restantes sectores e das outras regiões que entendem beneficiar, em paridade com as outras, dos canais de redistribuição e de transferências de recursos, servindo-se para esse efeito dos mecanismos da lógica do «elo mais fraco». A não concordância, antes a frequente divergência, entre os objectivos pautados por esses diferentes critérios traduz-se nos défices recorrentes dos orçamentos gerais do Estado e da segurança social, o que, em países onde grassa a fraude fiscal e o trabalho clandestino e onde predominam as tributações indirectas, induz uma drenagem fortíssima dos recursos financeiros disponíveis através da imposição de taxas de juro proibitivas para o investimento a médio e longo prazos. Desde logo, as dificuldades para jugular a inflação decorrem das causas que estão na origem dessas tensões permanentes dos mercados financeiros, causas essas que seriam tecnicamente erradicáveis se não correspondessem, como é o caso, ao funcionamento desarticulado dos circuitos económicos. Por outras palavras, o modelo «proteccionista-exportador», nas modalidades truncadas em que aparece actualmente nas regiões industriais e nos sectores da indústria difusa, não logra desencadear os mecanismos do crescimento económico auto-sustentado, porquanto a variável estratégica da valorização do capital que ele subentende, nas condições especiais da economia portuguesa, repita-se, procede basicamente do mantimento de baixos níveis de salário e do uso e abuso da inflação competitiva.

O mesmo é dizer que o crescimento económico induzido pelo tipo de industrialização que tem prevalecido em Portugal não exclui o relativo depauperamento do trabalho nacional medido pela desvalorização rastejante da moeda.

Por enquanto, e até 1996, as linhas de crédito da Comunidade Europeia compensam uma parte substancial desses défices estruturais, mas a partir desse ano, tendo em conta o calendário da adesão plena estabelecido em 1986, a economia portuguesa dificilmente poderá diferir uma cura de deflação cujos efeitos, em termos de níveis de actividade (emprego, utilização das capacidades de produção) e em termos de competitividade, são susceptíveis de induzirem uma recessão económica de cunho industrial. A manifesta impreparação do tecido industrial português para enfrentar essa eventualidade provável é por de mais patente nas clivagens sociais e nos conflitos de interesses que dividem as classes empresariais. As práticas associativas discordantes e as rivalidades entre organizações patronais com sedes regionais diferentes, a heterogeneidade organizacional e tecnológica das empresas pertencentes a um mesmo ramo, a integração vertical ocultada pela subcontratação e pelas segmentações dos processos produtivos, a debilidade das relações de complementaridade inter-firmas e a própria dispersão geográfica das empresas deixam transparecer a existência de estratégias divergentes e de interesses contraditórios, o que, em si mesmo, não constitui uma anomalia e tão-pouco uma novidade. Em contrapartida, a inexistência ou a ineficiência no caso português dos factores que concorrem noutros países para a integração do sector industrial enquanto esfera específica de valorização do capital e que fazem dela um cadinho de gestação de novas relações sociais de trabalho e de novas formas de solidariedade social levam a que uma industrialização onde perduram aqueles sintomas de fragmentação social e de exacerbação dos interesses particularistas pouco contribua, afinal de contas, para o bem-estar da colectividade.

A assinalada desconexão entre actividade industrial e mercado interno, que coloca o investimento industrial praticamente ao mesmo nível das actividades especulativas rendíveis a curto e muito curto prazos, a desqualificação profissional maciça e a subsequente desvalorização do trabalho nacional erigidas em modelo de optimização da rendibilidade do investimento são as marcas inconfundíveis do persistente défice de eficiência em Portugal dos modelos sociais e culturais que subentendem o desenvolvimento económico e social impulsionado pelo crescimento industrial.

Na encruzilhada em que a economia portuguesa se encontra no termo de uma década e meia de industrialização difusa e semidispersa apresenta um aspecto paradoxal, que mais não é senão a expressão de um dilema. País semi-industrializado, se atendermos às características estruturais do sector e à débil contribuição do mesmo para o desenvolvimento dos demais (agricultura, serviços, infra-estruturas, investigação aplicada e fundamental, etc.), Portugal figura, no entanto, entre os países mais industrializados quando se atende ao critério da distribuição da população activa residente pelos grandes sectores de actividade, com a agravante de que a função de absorção do êxodo agrícola pelo sector industrial tenderá ainda a ser, nos próximos anos, mais actuante do que a terciarização de uma parte da mão-de-

-obra industrial. Isso significa que a estrutura ocupacional da economia do país passou a ser uma função da capacidade efectiva de criação e de consolidação de postos de trabalho na indústria e nos serviços que lhe estão directamente associados. Ora a precariedade e a inconsistência que caracterizam uma parte substancial do emprego industrial (só os contratos de trabalho a prazo representam mais de 18% do total) constituem um risco para uma economia que não tem qualquer alternativa de emprego em caso de refluxos e/ou de deslocalizações maciças das indústrias ditas de «mão-de-obra» para outras regiões europeias (Europa de Leste) ou para a África (Magrebe, PALOPs), onde prevalecem níveis de salário inferiores aos portugueses.

Por conseguinte, o dilema da encruzilhada em que se encontra o processo da industrialização portuguesa provém da necessidade de se acelerar um processo de modernização tendente à consolidação do emprego industrial e ao aumento substancial da sua produtividade sem que essas transformações, que passarão a ser doravante fortemente impulsionadas e/ou incitadas, desencadeiem uma desintegração do modelo NORCEL induzida por dois efeitos perversos potenciais dessa nova política industrial, a saber, os eventuais êxodo das actividades instaladas e do investimento e a possível reactivação da emigração. Na eventualidade do aparecimento desse caso de figura, o inevitável e rápido declínio do tecido industrial constituído nestas regiões nos dois últimos decénios significaria não só uma descapitalização industrial desastrosa, como ainda a perda líquida das vantagens da transição que representou até hoje a «industrialização sem fractura», tanto pelos efeitos de desequilíbrio da balança comercial como sobretudo pela perda irremediável do potencial industrial modernizável que ela contém.

Tal como no passado, as saídas deste género de dilemas com que se confrontam as sociedades de espaços múltiplos envolvem ou processam-se através de redesdobramentos sócio-territoriais importantes da vida económica e social. No caso português, a trama geral desses redesdobramentos será estabelecida em função da maneira como as aspirações sociais emergentes, designadamente aquelas que exprimem as gerações mais novas em relação às práticas sociais e aos destinos sócio-profissionais mapeados pela industrialização actual, concorrerão ou não para o sustentamento da tendência para a modernização económica e social.

Nessa perspectiva, e como começou a observar-se desde 1988, a região industrial LISE volta a deter importantes trunfos para restaurar a preeminência económica, política e cultural que lhe fora duramente contestada no passado recente, restauração essa que exclui, todavia, qualquer retorno à situação *ex ante*, isto é, fora do controle das outras componentes sócio-territoriais da sociedade.

#### 4.7. DA DESINTEGRAÇÃO À RECOMPOSIÇÃO DO MODELO LISE

Para certos economistas (Rodrigues *et al.*, 1985; Murteira, 1988) a desintegração do modelo das «indústrias industrializantes» (De Bernis, 1974) polarizado na região industrial Sul é vista geralmente como a consequência lógica das modificações dos parâmetros locativos dos factores de produção e das condições de mercado das

conjunturas críticas de 1973-1986 e 1981-1984. Quer se trate dos efeitos da crise internacional amplificada pelo primeiro e segundo choques do petróleo ou da crise interna, desencadeada pelo desmoronamento do sistema colonial e pela politização externa dos movimentos sociais, tudo concorria para a inviabilização da estratégia de desenvolvimento autocentrado estabelecida na base de um «espaço económico português», concebido nos antigos moldes do crescimento económico por substituição de importações. Os embates dessas duas crises nas diferentes regiões económicas do país traduziram-se por efeitos locais, quando não contrários, pelo menos divergentes, o que atestava de *per se* a heterogeneidade dessas componentes sócio-económicas e o contencioso político larvar gerado pelas opções estratégicas que faziam da região industrial LISE (Lisboa, Setúbal, Sines), e de todo o seu *hinterland* sócio-territorial, a entidade hegemónica de um processo de desenvolvimento pilotado pelo Estado.

Os efeitos discordantes dessas crises nas duas principais regiões económicas e industriais do país vieram extremar os conflitos latentes que as opunham, colocando-os no centro da questão política da transição para a democracia.

Ao passo que a Região Sul, assenhoreada dos comandos e dos instrumentos político-administrativos centrais, procurava preservar um tecido industrial forjado no período colonial através de uma tentativa de alianças políticas com os novos países, a Região Norte, com uma indústria virada para os mercados europeus e um fortíssimo contingente de emigração europeia, reagia em grande sintonia com as transformações que despontavam na economia dos países europeus, seus principais clientes. Essa distorção extrema da economia, do território e da sociedade, provocada pelas ancoragens geográfica e culturalmente opostas das suas duas principais componentes sócio-territoriais, constituía, como vimos, o nó da contenda política e dos antagonismos de interesses que marcaram o conturbado período do pós-25 de Abril. Aliás, a diferenciação entre as áreas NORCEL e LISE é ininteligível sem a referência a esse antagonismo larvar, cujos principais episódios retraçam simultaneamente a cristalização da situação de ruptura e a sociogénese dos actores sociais que melhor a protagonizariam em cada uma dessas partes do país.

Na Região Sul, o actor central que emerge é o poder sindical, detentor de uma larga fatia do poder político na situação de instabilidade. Na Região Norte, por um metabolismo social simétrico ao precedente, reemerge um actor institucional totalmente diferente, o grupo doméstico e as redes de parentesco, reactivadas pela economia de sobrevivência que as condições impuseram à sociedade quando se deu o «retorno» maciço dos desalojados das colónias. Com a irrupção destes actores centrais, envolvidos numa contenda que não disporia de qualquer mediação instituída enquanto não se impusessem os actores da democratização política, a deformação da configuração do sistema social evoluiu numa lógica de afrontamento aberto, cuja tensão extrema não deflagrou em guerra civil, felizmente, mas lançou para posições entrincheiradas os dois blocos contendores, cada qual apostando na capitulação do outro.

Enquanto a Região NORCEL se constituía a partir das pontes que a amarravam à Europa mais desenvolvida, a região LISE, com a sua economia de capital de

império e uma parte substancial da sua indústria virada para o espaço colonial, apostava no canto das sereias que faziam cintilar a miragem da constituição de uma espécie de *Commonwealth*. Nesses cálculos políticos do PCP e dos seus aliados da altura, confortados pelos apoios da superpotência tutelar dos novos países africanos, essa solução, por mais mirabolante que fosse, inscrevia-se na inércia do modelo do capitalismo de cunho colonial implementado pelo regime autocrático deposto. Afinal, o mimetismo como método para a orientação da acção colectiva, que vimos já em acção na febre de *municipalismo industrial* da Região NORCEL, não era uma exclusividade dos atrasos do Norte e Centro; co-extensivo a toda a formação social, ele aparecia na Região Sul na esfera política sob a forma da tentação de substituir um regime ditatorial por um outro de signo oposto e metamorfoseado em capitalismo de Estado, mas igualmente orientado para os espaços com os quais se concebera e onde se empenhou durante décadas o futuro do país.

Assim, a estatização da economia, operada através da nacionalização da banca e das principais empresas industriais do país, que formavam também o núcleo central da estratégia do «desenvolvimento autocentrado», atendia às expectativas explícitas ou difusas de toda uma sociedade *local* que gravitava em torno do astro moribundo do Estado e que temia soçobrar juntamente com ele. Dessa forma, a estatização da economia dava corpo ao pacto social que subtendia o sistema de alianças das classes territorializadas nesse espaço central, alianças essas que davam aos quadros superiores e médios do funcionalismo público e similares destacadas posições sociais e efectivas possibilidades de liderança sindical e política. A funcionarização pública ou parapública dos mais diversos grupos sociais que passavam a ser parte integrante da maquinaria económica estatal e para-estatal, entre os quais o operariado das principais empresas industriais do país, os empregados das empresas de serviços intervencionadas, o proletariado rural da zona da reforma agrária, o funcionalismo bancário e segurador, as profissões liberais detentoras de funções de intermediação entre administração e administrados, etc., concorria para essa tentativa de restauração da sociedade-Estado pela via do seu máximo empolamento e pela reactualização de uma parceria social caracterizadamente corporatista, embora travestida ideologicamente de socialismo e/ou de sindicalismo obreirista radical.

Todo esse edifício, que retomava, por conseguinte, o essencial das estruturas legadas pelo antigo regime, ficava pendente, como no passado, da integração indissolúvel do «espaço económico lusófono», objectivo esse que só cessaria de ser prioritário para alguns dos dirigentes políticos da altura quando a perspectiva da adesão de Portugal à CEE se impôs como solução alternativa, não sem ter de demover obstáculos e armadilhas. Mas, entretanto, tinha decorrido um decénio, durante o qual se assistiu à decomposição calamitosa dos novos países independentes, a qual arrastava para uma lenta desintegração todo o sistema social LISE, o que, por seu turno, levaria até à falência o Estado. Desde logo, a instabilidade política fazia com que a sociedade civil, liberta desse peso morto nas zonas onde a sociedade-Estado da capital deixava de ter qualquer influência, passasse a auto-regular-se através das suas instituições básicas, dos seus costumes, das suas tradições e do mercado. Expressão dessa desvinculação, a autonomia do local, levada à sua expres-

são mais extrema na configuração da sociedade-Estado da Região de Lisboa, pode ser vista também como um efeito de contaminação cuja epidemiologia retraça aspectos, a que já nos referimos, do processo de estruturação social nas sociedades de espaços múltiplos.

## BIBLIOGRAFIA

### 1. Bibliografia estrangeira

- ATKINSON, J. (1988), *Working Conditions in Small and Medium Size Enterprises*, Brighton, University of Sussex.
- BAGNASCO, Arnaldo (1977), *Tre Italia*, Bolonha, Il Mulino.
- BAGNASCO, Arnaldo (1988), *La costruzione sociale del mercato*, Bolonha, Il Mulino.
- BEATINI, G. (ed.) (1987), *Mercato e forze locali: il distretto industriale*, Bolonha, Il Mulino.
- BÖEKE, J. H. (1953), *Economics and Economic Policy of Dual Societies as Exemplified by Indonesia*, Nova Iorque.
- BOYER, M. (1986), *La flexibilité en Europe*, Paris, La Découverte.
- BRAUDEL, Fernand (1969), *Écrits sur l'histoire*, Paris.
- BRAUDEL, Fernand (1979), *Civilisation matérielle, économie et capitalisme - xv<sup>e</sup>me-xviii<sup>e</sup>me siècles*, t. 3, *Le temps du monde*, Paris, A. Colin.
- BOURDIEU, P. (1963), «La société traditionnelle. Attitudes à l'égard du temps et conduite économique», in *Sociologie du travail*, n.º 1, 1963, Paris.
- BOYER, M. (1986), *La flexibilité en Europe*, Paris, La Découverte.
- BOYER, Robert (ed.) (1989), *The Search for Labour Market Flexibility: the European Economics in Transition*, Oxford, Oxford University Press.
- CAUQUELIN, Anne (1988), «Concept pour un passage», in *Quaderni*, n.º 3, Paris.
- CÓRIAT, B. (1990), *L'Atelier et le robot: essai sur le fordisme et la production de masse à l'âge de l'électronique*, Christian Bourgois.
- DAHRENDORF, Ralf (1992), *O Conflito Social Moderno*, S. Paulo, Zahar.
- FREYSSINET, Jacques (1966), *Le concept de sous-développement*, Paris, Mouton.
- GANNAGE, E. (1962), *Économie du développement*, Paris.
- GERTH, H. H., e MILLS, C. W. (1946), *From Max Weber: Essays in Sociology*, Oxford, Oxford University Press.
- INGLEHART, Ronald (1990), *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, Princeton.
- LUHMANN, N. (1976), «The future cannot begin: temporal structures in modern societies», in *Social Research*, vol. 43, n.º 1.
- PIORE, M., e SABEL, C. (1984), *The Second Industrial Divide*, Nova Iorque, Basic Books.
- RENCKI, Georges (1992), «Les politiques communautaires de correction des inégalités géographiques», in *Justice sociale et inégalités*, Paris, J. Affichard et J. B. de Foucaud.
- STRAUSS, Anselm (1992), *Miroirs et masques*, Paris, Métailié.
- SUGITA, K. «Taylorisme: une organisation aux multiples visages culturels», in *Journal des antropologues*, n.ºs 43-44, Maio de 1991.
- SEN, Amartya (1993), *Éthique et économie*, Paris, PUF.
- WEBER, Max (1982) *La ville*, Paris, Aubier.

### 2. Bibliografia portuguesa

- CABRAL, Manuel Villaverde (1992), *Sociedade, Valores Culturais e Desenvolvimento*, doc. policopiado.
- CINTRA, Lindley (1983), *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Lisboa.

- DAVEAU, Suzanne (1979), «Dois mapas climáticos de Portugal», *Finisterra*, n.º 3, Lisboa.
- DIAS, Jorge (1949), «Os arados portugueses e as suas prováveis origens», in *Revista da Universidade de Coimbra*, xvi, 1949, pp. 245-388.
- FERRÃO João (1989), *Industrialização em Meios Rurais. Da Diversidade de Situações à Multiplicidade de Políticas*, CCRC, Coimbra.
- FERRÃO, João (1987), *Indústria e Valorização do Capital. Uma Análise Geográfica*, CEG, INIC, Lisboa.
- GASPAR, Jorge (1982), «Regionalização: uma perspectiva sócio-geográfica», in AAVV, *Problemas de Regionalização*, Lisboa.
- GIRÃO, Amorim (1933), *Esboço de Uma Carta Regional de Portugal*, Coimbra.
- GODINHO, V. Magalhães (1955), *Prix et monnaies au Portugal 1750-1850*, Paris, Armand Colin.
- HENRIQUES, José M. (1990), *Municípios e Desenvolvimento*, Lisboa.
- MAGNO, Lúcia (1961), *Áreas Lexicais em Portugal e em Itália*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. xi, Coimbra.
- MATTOSE, José (1985), *Identificação de Um País*, 2 vols., Lisboa.
- MEDEIROS, Fernando (1978), *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa.
- MEDEIROS, Fernando (1992), *Industrialização sem Modernização* (doc. policopiado, Gabinete de Filosofia do Conhecimento/Ministério da Indústria, Lisboa).
- MÓNICA, Filomena (1986), *Artesãos e Operários: Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal*, Lisboa).
- PEREIRA DE MOURA, FRANCISCO (1974) *Por onde vai a Economia Portuguesa*, Lisboa, Seara Nova.
- RAU, Virgínia (1961), *Estudos de História Económica*, Lisboa.
- REALCEA, *Rede Europeia de Análises Locais Comparadas das Explorações Agrícolas (1993)*, *Inquérito às Explorações Agrícolas Portuguesas em Cinco Microrregiões*, Lisboa, ICS/DGPA.
- REIS, José (1989), *Os Espaços da Indústria*, tese de doutoramento, Universidade de Coimbra.
- RIBEIRO, J. Félix, et al. (1985), «Especialização internacional, regulação económica e regulação social», in *Análise Social*, n.ºs 87-88-89.
- RIBEIRO, Orlando (1945), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando (1982), *Introduções Geográficas à História de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ROQUE AMARO, Rogério, et al. (1991), «Dossier: desenvolvimento local e regional», in *Sociologia—Teorias e Práticas*, n.º 10, Lisboa.
- ROWLAND, Robert (1987), *Antropologia, História e Diferença: Alguns Aspectos*, Porto.
- SANTO, Moisés E., (1980), *Uma Freguesia Rural ao Norte do Tejo*, IED, Lisboa.
- SARAIVA, António José (1981), *A Cultura em Portugal*, Lisboa, Bertrand.
- SEDAS NUNES, Adérito (1968), *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Lisboa, Moraes.
- SERRÃO, Joel (1965), «Emigração», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. i, Lisboa.